



DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SOLIDÁRIO



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

Ministério da
Justiça



A woman with dark, curly hair is washing clothes in a large green plastic tub outdoors. She is wearing a dark, patterned tank top. The background shows a rocky, mossy area with some green plants. The overall scene is natural and somewhat rustic.

DEBATE

Ademar Bertucci,
Camila Moreno, Daniel Tygel,
Jean Marc Von der Weid

[entrevista]

RICARDO VIEIRALVES
PASSARELA SOLIDÁRIA

[reportagem]

MOEDA SOCIAL
PARA OS EXCLUÍDOS

RIO ECOSOL

ECONOMIA SOLIDÁRIA, COMÉRCIO JUSTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Sumário

2

Debates



A AGENDA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA A RIO + 20

“MAIS DO MESMO” NÃO É UMA RESPOSTA ÀS CRISES DESTE INÍCIO DE SÉCULO **04**

Jean Marc Von der Weid

POR UMA ECONOMIA NAS MÃOS DOS 99% **08**

Daniel Tygel

ECONOMIA VERDE E A ERA DO CAPITAL NATURAL **12**

Camila Moreno

16

Reportagem



MOEDA SOCIAL PARA OS EXCLUÍDOS

Tania Malheiros

26

Artigos



O PAPEL ESTRATÉGICO DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS

Ademar Bertucci

32

Entrevista



RICARDO VIEIRALVES PASSARELA SOLIDÁRIA

**Cristina Chacel
e Flavia Cavalcanti**



Moradora da Favela Santa Marta lava roupa no espaço coletivo de serviços da comunidade



TERRITÓRIO ADUBADO

Quem pensou que a economia solidária era coisa passageira, política de ocasião surfando em uma onda de espuma, que se desfaz ao alcançar a praia, errou feio. Na cidade do Rio de Janeiro, o modelo de desenvolvimento associativo e participativo, orientado em uma ética peculiar, que observa princípios de respeito humano e ambiental, já mostrou que veio para ficar. É roupa sob medida para vencer exclusão e pobreza nos territórios historicamente discriminados pelo conjunto da cidade e que agora encarnam as mais altas e melhores expectativas de pacificação e justiça social, em benefício de todos.

Em solo carioca, a semente germinou. No ano de 2011, adubamos quatro territórios simbólicos da desigualdade econômica na cidade. Complexo do Alemão, Complexo de Manguinhos, Favela Santa Marta e Cidade de Deus conheceram e experimentaram o jeito solidário de produzir riquezas, sob a orientação do projeto RioEcosol. Nas quatro comunidades, coletivos se formaram para trabalhar solidariamente. Horizontes se abriram e novas conversas, diálogos antes impensáveis, desdobraram-se em oportunidades nunca imaginadas. Em um ano, gente sem lugar no mercado constituiu seu próprio espaço social, com uma agenda criativa, que, entre outras proezas, realizou feiras de artesanato em diferentes pontos do Rio, entre eles o coração histórico da Cinelândia, e implantou o primeiro banco comunitário carioca, na Cidade de Deus.

Com o RioEcosol nos credenciamos não só a esticar um pouco mais nossas atividades nas quatro primeiras comunidades, como também a alçar outros vãos, que nos permitirão espalhar o adubo da economia solidária noutros territórios da cidade. No âmbito da Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes, nos habilitamos, por meio de edital, a levar o RioEcosol para o Complexo da Maré, para o conjunto de favelas de Santa Teresa e para as comunidades de Antares e Palmares, na Zona Oeste. Incluído no Programa Brasil sem Miséria, do governo federal, este novo RioEcosol começa já em 2012 e foi planejado para durar dois anos. E ainda no horizonte de 2012, vislumbramos a municipalização do projeto, até aqui sustentado com recursos federais. Convencido de que a economia solidária é ferramenta estratégica para a sustentabilidade, em longo prazo, das comunidades pacificadas no escopo da política de segurança pública do governo do estado e atendidas por UPPs Sociais, o prefeito Eduardo Paes quer levar o RioEcosol para pelo menos seis delas, em 2012. Mais uma evidência incontestante de que a economia solidária é modelo de fundo e de fôlego, que na passarela do Rio mostra ao Brasil a que veio. E que veio para prosperar.

MARCELO HENRIQUE DA COSTA, *Secretário de Desenvolvimento Economico Solidário*



DEBATE

A AGENDA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA A RIO + 20

Quais as propostas que o movimento de Economia Solidária vai levar à Conferência Rio + 20 para enfrentar os graves problemas ambientais e sociais que afetam a humanidade? Como aproveitar este espaço, em particular o evento paralelo A Cúpula dos Povos Rio + 20, para construir uma agenda da Economia Solidária que articule a discussão do modelo de desenvolvimento econômico com a sustentabilidade e o meio ambiente? Para este debate convidamos o economista Jean Marc Von der Weid, coordenador do Programa de Políticas Públicas da AS-PTA; o físico Daniel Tygel, ex-secretário executivo do FBES e integrante do coletivo EITA; e Camila Moreno, coordenadora do Programa de Sustentabilidade no escritório do Brasil da Fundação Heinrich Boell.



“MAIS DO MESMO”
NÃO É UMA RESPOSTA
ÀS CRISES DESTE
INÍCIO DE SÉCULO

01

JEAN MARC VON DER WEID

JANEIRO/FEVEREIRO 2012



A Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio 92 ou Eco 92, consagrou o conceito de sustentabilidade, muito embora diferentes atores econômicos e sociais disputem ferozmente a sua interpretação. Vários acordos internacionais foram assinados tratando de temas como aquecimento global e conservação da biodiversidade, entre outros. Ao longo dos últimos vinte anos, estes acordos foram sendo renegociados buscando o aprofundamento das medidas previstas frente a novos dados que mostravam a gravidade dos riscos ambientais incorridos pela humanidade. No entanto, a medida que se acumulavam evidências sobre a aceleração do aquecimento global e da perda da biodiversidade, os governos de quase todos os países tergiversavam sobre as medidas a tomar e sobre quem deveria recair os custos da conversão da economia mundial para um rumo sustentável.

A menos de 10 meses da Rio + 20, a nova conferência sobre desenvolvimento e meio ambiente da ONU, não se sabe o que propor e busca-se uma maneira de não mudar nada sem dar a aparência de não se fazer nada. A “solução” está sendo a de não tocar nos assuntos polêmicos e lançar uma “nova” iniciativa planetária que está sendo chamada de “economia verde”. O fiasco anunciado da conferência vai empurrar com a barriga a busca de soluções para uma crise cujas características apontam para o fim da civilização tal como a conhecemos. Frente à irresponsabilidade dos governos e das classes dominantes de todo o mundo, a sociedade civil busca uma mobilização global para avançar propostas que enfrentem de fato a crise.

O FIM DA ERA DO PETRÓLEO

Os impactos ambientais do presente modelo de desenvolvimento capitalista são tão dramáticos que tem escondido o fato de que o motor deste modelo, a energia fóssil barata obtida pela queima de petróleo, gás e carvão está, literalmente, em pane. Não há mais dúvidas sobre os limites das reservas de petróleo. A questão hoje é se o “pico” de produção já foi alcançado em 2010 ou se será alcançado em 2014 ou 2015. Isto não significa que a produção vai cair imediatamente, mas que o custo da extração será cada vez maior e que a queda, quando vier, será mais brusca e acentuada. As reservas de gás e de carvão são maiores e os picos respectivos estão previstos para 2025 e 2030, mas o esgotamento do petróleo deverá acelerar o consumo destes combustíveis e encurtar a duração das suas reservas.

No Brasil a discussão sobre o fim da era do petróleo está sendo abafada pela euforia verde amarela com o

nosso pré-sal. É claro que estas reservas são muito bem vindas para o país, e podem ser um magnífico colchão para uma transição a uma economia não dependente de combustíveis fósseis. No entanto, as elites dirigentes do Brasil encaram as reservas do pré-sal como se estivessemos em pleno início do século vinte, onde os limites planetários destes combustíveis não eram perceptíveis nem imagináveis. Quanto petróleo há no pré-sal? Alguns afirmam que as reservas alcançam 80 bilhões de barris, mas ninguém informa se este montante é a quantidade que se pode extrair ou o volume total das mesmas. Mesmo admitindo que o volume de petróleo disponível seja o mais alto, este montante não é mais do que dois anos do consumo mundial previsto para 2030, quando a extração destes poços estará a todo vapor. Ou seja, não é muita coisa quando se considera a questão globalmente, embora seja muito para um só país no momento em que os poços estarão se esgotando em todo o mundo.

A importância do petróleo na economia é de tal ordem que se tem dificuldades em imaginar como será o mundo em que viveremos sem esse combustível ou com os preços do mesmo superando os US\$150 por barril como se viu na crise de 2008. O que se pode esperar de uma crise de esgotamento dos combustíveis fósseis é um *crash* econômico colossal com todas as consequências sociais de um desemprego maciço, déficits gigantescos na produção alimentar, desestruturação dos estados, violência, etc. Não se pode deixar de notar que as últimas guerras envolvendo os países desenvolvidos tinham um pano de fundo de disputa por acesso a reservas de combustíveis fósseis, sejam eles o gás do Afeganistão ou o petróleo do Iraque e da Líbia. As guerras futuras serão ainda mais agressivas na medida em que o modo de vida das populações dos países desenvolvidos vai se tornando insustentável e seus governantes tentarem disputar os recursos naturais não renováveis onde os mesmos se encontrarem.

O fim dos combustíveis fósseis pode parecer uma benção disfarçada, pois eliminará um dos maiores causadores do aquecimento global, mas sem uma política consciente de reconversão do uso destas fontes de energia por outras, mais limpas e renováveis, o seu processo de esgotamento será acompanhado pelo seu uso sem limites. Para dar um exemplo, a cada aumento do preço do petróleo ocorreu uma retomada ou aumento do uso de fontes mais poluentes como carvão. O impacto ambiental do uso até o esgotamento dos combustíveis fósseis vai ser suficiente para elevar a temperatura média da terra em mais dois graus além das previsões mais pessimistas para este século.

UMA AGENDA ALTERNATIVA

Muitas organizações da sociedade civil em todo o mundo compartilham de uma visão sobre a prioridade a ser dada nos debates da Rio+20. Pelas dificuldades e complexidades de se tratar todos os temas emergentes simultaneamente, a idéia é concentrar as discussões e os acordos no tema da agricultura e seus impactos no meio ambiente. Com efeito, a agricultura e, mais ainda, a cadeia alimentar completa, dos campos à mesa do consumidor, representa 33% do consumo energético mundial, é responsável (direta e indiretamente) por quase metade da emissão dos gases de efeito estufa, consome 70% de toda a água doce do mundo e é, sem dúvida, a atividade humana de maior impacto na biodiversidade. Além disso, a alimentação será um fator de tal modo estratégico na manutenção de um mínimo de ordem social quando do colapso das fontes de energia fóssil que não pode haver dúvida sobre a prioridade a ser dada na busca de alguma solução sustentável para a sua produção.

No presente momento, o mundo produz o suficiente para alimentar a totalidade dos seus 7 bilhões de habitantes. A existência de 1,2 milhão de famintos não é por falta de produto, mas de possibilidade de acesso a alimentos devido à pobreza, quer de nações quer de pessoas. No entanto, estima-se que será necessário dobrar a produção de alimentos até 2050 quando se espera que a população do globo se estabilize com 9 a 10 bilhões de habitantes. Esta possibilidade está sendo questionada pelo esgotamento previsto do petróleo e do gás, essenciais para o modelo de produção chamado de industrial ou do agronegócio e dominante nas áreas mais desenvolvidas do mundo. Além disso, outro produto essencial para este modelo, o potássio, também já alcançou o seu pico de produção mundial. Finalmente, os recursos naturais renováveis tais como terra, água e biodiversidade estão sendo degradados em um ritmo alarmante e já provocam uma tendência crescente à diminuição da produção mundial de alimentos. As mudanças climáticas já têm e terão ainda maior impacto negativo na produção de alimentos e a disputa entre o uso de fatores produtivos para produzir energia (álcool e biodiesel) e para a produção de alimentos foi considerado o fator mais importante na última grande alta de preços dos alimentos no mundo.

Como acabamos de verificar, o modelo de produção do agronegócio não só é um fator de forte impacto negativo no meio ambiente e no clima como é incapaz de garantir o abastecimento alimentar mundial em um futuro bastante próximo. Os defensores do agronegócio afirmam que não há outra alternativa para o seu modelo, mas se isto fosse verdade o destino da humanidade seria trágico.

FRENTE À IRRESPONSABILIDADE DOS GOVERNOS, A SOCIEDADE CIVIL BUSCA UMA MOBILIZAÇÃO GLOBAL PARA AVANÇAR PROPOSTAS QUE ENFRENTEM DE FATO A CRISE



AGROECOLOGIA: UMA SOLUÇÃO, NÃO UM PROBLEMA

Dezenas de organizações de agricultores familiares, ONGs de apoio e entidades ambientalistas estarão defendendo na Rio+20 não só a prioridade para a agricultura sustentável mas medidas concretas para tornar as experiências em agroecologia que se multiplicam em todo o mundo em uma solução generalizada para as crises ambiental, alimentar, da degradação dos recursos naturais renováveis e, parcialmente ao menos, do esgotamento das fontes fósseis de energia.

As práticas da agroecologia já demonstraram seu potencial em termos de produtividade, de economia de custos, de baixo impacto ambiental e de capacidade de alimentar adequadamente a população mundial crescente, desde que os hábitos de consumo se tornem mais equilibrados e saudáveis, com menor ingestão de carnes vermelhas e maior ingestão de legumes, frutas e cereais integrais.

A questão sobre o potencial da agroecologia está na sua complexidade e diversidade e seu uso intenso de mão de obra. Estas características apontam para



sistemas produtivos baseados na agricultura familiar de pequeno porte. Os complexos sistemas da agroecologia não permitem grandes unidades de produção mecanizada ao estilo do agronegócio e estas unidades familiares de pequeno porte teriam que chegar a 40 milhões nos EUA para dar conta das necessidades do mercado interno e das exportações americanas. No Brasil, este cálculo aponta para números diferentes, da ordem de 15 milhões de agricultores familiares. A diferença se explica por diferentes bases de cálculo de produtividade e no tamanho da área média em cada país. Estas bases tem como ponto de partida os resultados obtidos pelas experiências de agroecologia em curso em cada país. De qualquer forma, seria preciso multiplicar a agricultura familiar no Brasil por mais de três e nos Estados Unidos por mais de vinte.

Embora pareça um retrocesso para alguns o fato de que uma enorme quantidade de mão de obra volte a ser alocada na agricultura, é preciso lembrar que com a crise energética vai haver uma grande liberação de mão de obra urbana, tanto na indústria como nos serviços, de modo que uma alternativa agrícola que ocupe muita

mão de obra será uma solução e não um problema.

Aos que pensam que é impossível esta transição para um sistema econômico-social com um forte componente rural, lembramos que as alternativas são assustadoras, com a combinação das várias crises mencionadas no início deste artigo. A saída para o rural vai acontecer de uma forma ou de outra, mas se ela vier como parte de uma política inteligente que antecipe a crise, o resultado será muito menos penoso para a sociedade como um todo do que se ela vier no desespero de falta de alternativas urbanas. Neste último caso, o risco de grave destruição de recursos naturais renováveis, sobretudo de solos, por neoagricultores despreparados será enorme e poderá agravar ainda mais o quadro de penúria alimentar nas próximas décadas.

Não há muitas expectativas de que os governos que se farão representar na Rio+20 terão a clarividência e a coragem de assumir as propostas que estamos defendendo na sociedade civil, mas o nosso papel será de tornar muito claro para a opinião pública mundial o que poderá acontecer se a resposta internacional às crises anunciadas for apenas “mais do mesmo”.



JEAN MARC VON DER WEID

Economista,
coordenador
do Programa
de Políticas
Públicas
da AS-PTA
Agricultura
Familiar e
Agroecologia,
e consultor da
FAO e do PNUD.

POR UMA ECONOMIA NAS MÃOS DOS 99%

02

DANIEL TYGEL

A diabetes é uma doença crônica exigente. Trata-se da incapacidade do corpo processar a glicose, que pode então existir em excesso e com isso gerar graves problemas para a saúde, desde a cegueira à morte. As causas são normalmente uma predisposição genética, mas ela se manifesta no caso de uma alimentação inadequada (excesso de carboidratos e açúcar) e vida sedentária. Quando o nível de glicose aumenta demais, é necessário injetar insulina no corpo, uma proteína que consegue processar a glicose, mas que tem também seus efeitos colaterais se utilizada em excesso. Resumindo, quem tem diabetes precisa alterar totalmente o seu modelo de alimentação e de vida: reduzir o consumo de açúcar, modificar seus hábitos alimentares, praticar exercícios físicos. A insulina é um pacote emergencial que não resolve efetivamente a situação, mas alivia uma crise.

O que isso tem a ver com a Economia Solidária e a Rio +20? Bem, imaginemos um médico que diga a um paciente de diabetes que encontrou uma solução mágica. Um novo alimento, delicioso, que não exige que se mude nada da sua alimentação, nem do seu modelo de vida. Vamos supor que este alimento é produzido da glicose, que por sua vez é a base do açúcar. É possível que uma solução proposta a partir da própria glicose resolvesse a diabetes, e com isso livre o paciente de ter que mudar seu estilo de vida? Esta solução é a Economia Verde.

A doença de diabetes é a atual crise da humanidade. A insulina são os pacotes estatais de ajuda de bilhões de dólares para salvar bancos e grandes empresas. A

glicose é o poder das grandes corporações e a financeirização e mercantilização da vida. A Economia Verde nada mais é que uma tentativa de solucionar a crise com os mesmos elementos que a geraram. E a alimentação e modo de vida é o modelo de desenvolvimento. Se não atacamos a raiz dos problemas, o resto é invencionice para tentar manter tudo do jeito que está. E é isso que os “médicos” do capitalismo querem oferecer como solução mágica na Rio +20, sob a égide do bonito nome “Economia Verde”. Uma falácia.

DEMOCRATIZAÇÃO DA ECONOMIA

Esta falácia se torna crime contra a humanidade quando constatamos que há alternativas à crise. Alternativas que mexem nas estruturas de poder, no modelo de desenvolvimento e produção agrícola e industrial. Que mexem na forma como se faz a economia. O caminho se encontra nos territórios, nas pessoas, numa economia centrada na vida e nas mãos dos 99% da população, como dizem os indignados em centenas de ocupações pelo mundo.

A Economia Solidária traz contribuições para uma efetiva cura desta doença civilizatória que estamos vivendo.

Para começar, o fato de não diferenciar entre quem é dono do empreendimento e quem é trabalhador faz com que as reações da Economia Solidária a momentos difíceis não gere desemprego. O “corte de mão de obra” não é uma via possível na Economia Solidária: como todas e todos são sócios, arcam com a responsabilidade e buscam outras formas de lidar com a situação. Já nas empresas convencionais, a primeira coisa

que se faz num momento de baixo crescimento é a demissão em massa, descartando seres humanos de seus lugares de trabalho, de modo a manter os lucros e ganhos dos acionistas acima de tudo.

A Economia Solidária se baseia na autogestão, ou seja, no exercício da democracia nas relações econômicas e de produção dentro de um empreendimento. E todos sabem que a democracia é uma das grandes conquistas da humanidade: onde não há democracia, há o poder indiscriminado e os abusos, como é o caso da ciranda financeira e do controle das economias por poucos agentes econômicos poderosos. A Economia Solidária contribui com uma democratização da economia. É uma economia nas mãos das pessoas.

A base prática da Economia Solidária é a cooperação, a solidariedade, a territorialização e a equidade de gênero, raça e etnia. Isso é um antídoto aos principais malefícios advindos da competição desenfreada, da desterritorialização dos espaços a partir dos mercados globais que destróem o jeito de ser de cada comunidade e os vínculos comunitários e de reciprocidade, e da hegemonização da propaganda de um modo único de ser no mundo: um jeito consumista, individualista e desconectado da vida.

Mas um tipo de economia nas mãos das pessoas é viável para atender às necessidades de todas e todos?

Para responder a esta pergunta, é importante apontar outra falácia vendida para nós: a de que as empresas e corporações capitalistas são eficientes e não dependem de apoio do governo. É o exato contrário: elas recebem subsídios, isenções tributárias; financiamento abundante e barato

LAN
HOUSE

Rodrigo
Cabeleceira
Unissoc
2230-7968

LAN
HOUSE

(só em 2010 o BNDES efetuou mais de 190 bilhões de reais em empréstimos, praticamente tudo para grandes empresas e corporações, a juros irrisórios e quase sem condicionantes); obras de infra-estrutura (portos, desvios de rios, mega hidroelétricas, estradas, ferrovias) construídas por empresas privadas com recurso público e destinadas à logística empresarial privada; fomento na forma de acesso das empresas a universidades públicas para pesquisas, entre outros benefícios. As empresas privadas vivem do governo, por isso financiam campanhas eleitorais e têm em suas mãos o Congresso Nacional e câmaras municipais e estaduais.

Já a Economia Solidária não tem tido nenhum tipo de apoio direto. Um empreendimento solidário tem que se virar em ambientes extremamente adversos, sem capital, sem assessoria técnica, com uma carga tributária pesadíssima. E ainda sim, temos mais de 20 mil empreendimentos solidários no Brasil (não se sabe a quantidade exata, pois os mapeamentos não atingiram todo o país). Isso é prova de viabilidade em condições precárias. Imagine se a Economia Solidária tivesse a mesma quantidade de benefícios, isenções e apoios públicos que é oferecida às empresas capitalistas? Quem é mais viável neste caso, ou seja, quem dá mais felicidade às

pessoas, mais proteção ambiental, responde mais aos anseios e necessidades de cada comunidade, bairro e cidade? Quem trabalha num empreendimento solidário é um/a cidadã/o ativa/o, que vê sentido no que faz, o que é bem diferente de um operário de uma empresa mundial que é explorado dia e noite por algum proprietário e acionistas que moram em São Paulo ou Nova York, e que não se interessam pela comunidade em que este operário está, nem por seu futuro.



O CAMINHO SE ENCONTRA NOS TERRITÓRIOS, NAS PESSOAS, NUMA ECONOMIA CENTRADA NA VIDA E NAS MÃOS DOS 99% DA POPULAÇÃO, COMO DIZEM OS INDIGNADOS EM CENTENAS DE OCUPAÇÕES PELO MUNDO



AGENDA ALTERNATIVA

Estamos nos aproximando da Rio +20, em junho de 2012. Este grande encontro internacional só terá sentido se o próprio modelo de desenvolvimento e as estruturas que o mantêm forem questionados. Dourar a pílula criando novos mecanismos de mercado, os mesmos que geraram toda a crise e concentração de renda e poder que temos hoje, será uma grande derrota para a humanidade. Se a Economia Verde sair vitoriosa, simbolizará este fracasso.

Com o objetivo de ampliar o olhar sobre as questões ambientais para além da ótica do poder das grandes corporações, ocorrerá, paralelamente ao evento oficial, a Cúpula dos Povos Rio +20. Nela estão envolvidas várias organizações, redes e movimentos populares, para discutir soluções efetivas para a crise que estamos vivendo. O movimento de Economia Solidária está contribuindo com esta atividade através da Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS), e aqui no Brasil pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

As propostas do movimento de Economia Solidária para a Cúpula dos Povos Rio +20 ainda estão em construção. Um marco importante neste processo será o Fórum Social Temático em Porto Alegre, no final de janeiro de 2012, em que um dos temas será “Finanças e economia justa, sustentável e solidária”. Outro momento desta construção será o V Encontro Latinoamericano de Economia Solidária, organizado pela RIPESS-Latino América e Caribe, a ocorrer nos dias anteriores à Rio +20.

Mesmo sem estarem definidas, apon-to abaixo, em linhas gerais, algumas possíveis propostas da Economia Solidária para a Rio +20:

» Alteração dos fundamentos e pressu-postos do modelo de desenvolvimento: Alteração de indicadores – submeter a economia à vida, e não o contrário; fim de agrotóxicos e transgênicos; reformas rural e urbana; mobilidade humana; energia descentralizada e de fontes limpas; redução drástica do consumo individual, produti-vo e institucional e do uso de automóveis individuais; desenvolvimento a partir das

populações e iniciativas econômicas nos territórios, de forma democrática direta; produção agroecológica, e não do agrone-gócio, etc.

» Fomento e apoio a uma Economia Solidária: a garantia efetiva do direito ao trabalho associado, sem patrões nem em-pregados, e à organização colaborativa em redes solidárias, através de formação e assessoria técnica com base na educação popular, do acesso a crédito e tributação di-ferenciada, e em programas de priorização de empreendimentos e redes solidários em compras e contratações públicas, etc.

» Por um Sistema de Finanças Solidárias: valorização da economia real ao invés da economia financeira especulativa; fomen-to aos instrumentos populares e demo-cráticos de financiamento, como bancos comunitários, fundos rotativos e coope-rativas de crédito, ao invés de sustentar os grandes bancos cuja finalidade maior é o lucro de seus proprietários e acionistas; criação de fundos geridos com a participa-ção de movimentos sociais e governos com o objetivo de fomentar e apoiar iniciativas de economia solidária; orientação das li-nhas de crédito dos Bancos Nacionais de Desenvolvimento e outros fundos públicos para os empreendimentos de Economia Solidária, através de indicadores e critérios de democracia interna, autogestão, preser-vação ambiental, equidade de gênero, raça e etnia e enraizamento comunitário.

» Por um Comércio Justo e Solidário: alta tributação e divulgação ampla, através de selos e marcas, dos produtos que exploram trabalhadores e geram danos ambientais e sociais; fomento a relações comerciais justas ao longo da cadeia, de forma que os produ-tores, consumidores e comerciantes possam cooperar de maneira transparente e demo-crática, como nos sistemas participativos de garantia, no fomento às feiras e comércios locais, nas redes e cadeias de produção, co-mercialização e consumo solidários, na orga-nização do consumo responsável e coletivo, nas compras e contratações públicas, etc.

» Por maior transparência e democracia real nos Estados: proibição do apoio de em-presas a campanhas eleitorais, realização de consultas populares e plebiscitos sobre



DANIEL TYGEL

Físico, foi secretário executivo do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária) entre 2005 e 2011. Hoje é integrante do coletivo EITA (Educação, Informação e Tecnologia para a Autogestão).

questões estratégicas nos países, constru-ção de mecanismos de participação e con-trole social sobre os governos e empresas, tanto na elaboração como na implementa-ção de programas e ações, etc.

Além de levar propostas, é fundamen-tal que a Economia Solidária esteja articu-lada com os demais movimentos sociais envolvidos e as demais pautas. É momen-to de união na diversidade, de cooperação, inovação e fortalecimento mútuo das or-ganizações do campo popular. Iniciativas neste sentido já vêm ocorrendo, como o Encontro de Diálogos e Convergências em setembro de 2011.

Quando um médico insiste em ofe-recer como cura da diabetes os mesmos remédios baseados na glicose dos lucros desenfreados e mercantilização da vida, com a roupagem atraente de “Economia Verde”, prometendo que tudo se resolverá sem necessidade de mudança do modelo de desenvolvimento, começamos a des-confiar: será que este médico aí não está sendo patrocinado pelas grandes corpo-rações para defender a sua sobrevivência?

É hora de trocar de médico.

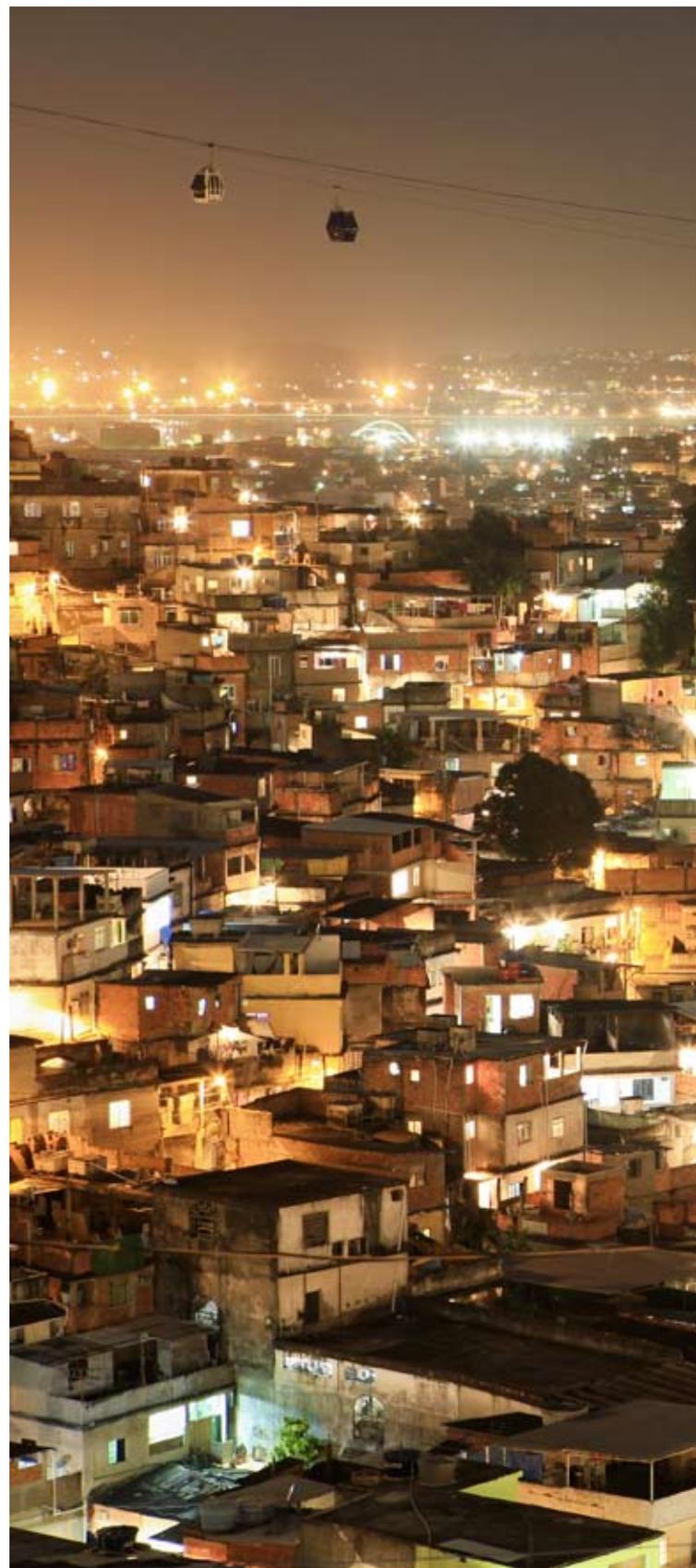
Está na hora de trilhar novos caminhos.

ECONOMIA VERDE E A ERA DO CAPITAL NATURAL

CAMILA MORENO

03

Em junho de 2012 terá lugar no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD, por sua sigla em inglês), marcando 20 anos da histórica Rio 92. A Rio+20, como vem sendo chamada, irá tratar de dois temas principais: a *Economia Verde* no contexto da erradicação da pobreza e o quadro institucional necessário para a *Governança Ambiental Global*. Contudo, há menos de um ano da realização da Rio+20, não existe ainda um consenso sobre o que é a Economia Verde, embora agências da ONU como o PNUMA, PNUD, UNCTAD, organizações multilaterais como a OCDE, Banco Mundial, BID, o parlamento europeu e outros atores já estejam formulando definições e conceitos, definindo setores prioritários e planos setoriais, definindo metas e objetivos quantificáveis, propondo novos instrumentos financeiros e investimentos.





Na prática, o ‘esverdeamento’ da economia é um processo que já está influenciando a formulação de políticas públicas em muitos países, incluindo reformas legais e criação de marcos regulatórios, justificados com vistas a fortalecer a capacidade institucional dos países para desencadear um ‘novo’ ciclo de crescimento econômico e, ao mesmo tempo, dar conta das questões de sustentabilidade (mudanças climáticas, energia, biodiversidade, erradicação da pobreza, etc). Proposta e levada adiante em uníssono pelos principais atores do pensamento econômico hegemônico, o que realmente podemos considerar de ‘novo’ na emergente onda verde e o quanto estas propostas desafiam, substituem ou aprofundam o paradigma atual? *E o que isso tem a ver com a Economia Solidária?*

Sem dúvida, o slogan da Economia Verde e sua disseminação crescente vêm se mostrando muito efetivos – política e ideologicamente – para ajudar a consolidar uma forte *narrativa unificadora*, além de catalizar o sentido de engajamento social necessário pós-crise financeira, em um contexto global no qual as políticas nacionais e locais são crescentemente racionalizadas e formuladas como partes de um esforço global concertado para um programa de ação conjunta, associado à recuperação econômica para alguns países (União Européia e EUA) e à inclusão competitiva e estratégica na economia mundial de outros (caso do Brasil e outros emergentes). Sob outra perspectiva, a narrativa da Economia Verde vem sendo muito eficaz para dar o fôlego e a legitimidade necessárias para uma nova etapa da acumulação, alicerçada fundamentalmente no conceito de *Capital Natural* e no plano ambicioso de criar um mercado internacional para a natureza.

O MERCADO DE CARBONO FLUMINENSE

O Rio de Janeiro foi pioneiro: é o primeiro Estado brasileiro a ter uma secretaria de Economia Verde, subordinada à pasta estadual do Meio Ambiente. Segundo a cientista Suzana Kahn Ribeiro, esse é o início do processo de tornar a economia fluminense mais limpa, mais moderna e mais forte e o primeiro passo nesta rota pode ser a de tornar o Estado do Rio o primeiro da Federação a ter um mercado de carbono como existe na Europa, com a comercialização entre empresas de licenças para emitir gases-estufa. O Estado pretende estabelecer um teto para as emissões de gases-estufa e depois criar um sistema de comercialização de licenças. Este exemplo local destaca um ponto central: grande parte das propostas identificadas com a economia ‘verde’ estão ancoradas nas políticas de clima no âmbito doméstico dos países (mas também em nível estadual e municipal,

sobretudo nas grandes cidades) e vem preparando as bases de uma transição de longo prazo da sociedade com vistas a reduzir as emissões de gases de efeito estufa e lidar com a questão das mudanças climáticas.

Para isso, um passo fundamental é tomar a ‘métrica do carbono’, adotando uma medida de conversão do uso de energia fóssil, das emissões, mas também, da possibilidade de comprar e vender direitos de poluição, de ‘compensar’ os efeitos de uma atividade, pagando por outra que sequestre carbono ou que evite emissões que de outra forma ocorreriam. Na política nacional, o Brasil aposta em promover etanol e bicombustíveis, plantações de eucalipto para compensar o desmatamento, aço verde (ferro gusa produzido a partir de carvão vegetal de eucaliptos plantados especificamente para este fim) e outras ações que promovam o ‘verde’, sem afetar o desenvolvimento, o aumento do comércio internacional e as políticas de crescimento.

QUANTO CUSTA A NATUREZA

O ‘carbono’ é hoje considerado um ativo ambiental, negociado internacionalmente em bolsas de valores, como a Chicago Climate Exchange, e mercados regulados (como o sistema de comércio de emissões da União Europeia). Sobre o ‘carbono’ hoje também se criam novos direitos de propriedade, para viabilizar contratos e transações comerciais. Para além do carbono, a economia verde aposta no vultoso valor econômico (quantificável e monetário) dos chamados ‘serviços ecossistêmicos’, ou do ‘pagamento por serviços ambientais’, entre eles a regulação do ciclo das chuvas, a água, a polinização dos insetos (abelhas, morcegos) crucial para a agricultura, a respiração das florestas e a absorção do carbono e a manutenção da fertilidade dos solos, a beleza cênica... A lista é longa e a proposta é incorporar à economia atual o valor ‘invisível’ do trabalho que as funções e ciclos da natureza e dos ecossistemas – doravante considerados ‘prestação de serviços’ – agregaram, até agora gratuitamente, à economia e à sustentação da vida. Para isso é preciso dar preço à natureza. Uma premissa central da Economia Verde é que a degradação ambiental (e as múltiplas crises, entre elas a mudança do clima) é fruto de uma má alocação de capital e uma falha do mercado; para corrigir este rumo e ‘esverdear’ a economia, a engrenagem central seria incorporar a economia dos ecossistemas e da biodiversidade (que inclui a água e o carbono) à lógica do mercado. Isto depende de novos mecanismos de apropriação, privatização e comodificação da natureza e de uma legitimação social para que isso ocorra.

Mas e o princípio do poluidor-pagador e do usuário-pagador por acaso não carregam também a lógica

de que aquele que pode pagar pode poluir? Para a economia verde, antes de portadores de direitos, humanos e coletivos, os cidadãos e cidadãs seriam antes de tudo consumidores? Sob o pretexto de viabilizar uma solução efetiva e econômica para a questão ambiental e a sustentabilidade (que inclui dimensões muito mais complexas como a cultura, os valores, etc) a economia verde traz concretamente uma proposta de cercamento dos bens comuns em nome de um mundo mais 'verde' e de expandir a lógica da precificação e mercantilização com a saída pragmática para obter mudanças significativas no comportamento social. *Como a economia solidária se posiciona diante disso?*

O LUGAR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Verde para quem? O setor corporativo, como o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), empresas internacionais de consultoria (McKinsey, Price Waterhouse, etc), bancos, seguradoras e atores emblemáticos dos setores mais contaminantes da atual economia (Shell) também apostam em um novo ciclo econômico e na transição a uma economia verde ou de 'baixo carbono'. A tradução para o português do estudo internacional que propõe uma métrica internacional para incorporar a Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (TEEB, por sua sigla em inglês) está sendo patrocinada pela CNI-Confederação Nacional da Indústria.

Surpreendentemente, o processo de criação de um marco legal para o pagamento por serviços ambientais está avançado no Congresso Nacional; já existem mais de onze projetos de lei sob o PL 792/2007 que define a matéria. Com grande expectativa em relação a Rio+20, o governo brasileiro vem demonstrando avidez em consolidar mecanismos inovadores de financiamento – basicamente as PPPs (parcerias público-privada), contratos privados de pagamento por serviços ambientais e fomento aos mercados de títulos verdes e créditos de carbono – assim como vem referendando a inclusão do setor privado e das corporações de forma substancial como exemplo de avanço e modernização na 'gestão' do meio ambiente rumo a um novo paradigma econômico, mas também político. Em que bases se pode construir uma economia solidária e verdadeiramente sustentável tendo em vista este processo internacional em curso? A Rio+20, em junho próximo, marcará um divisor de águas neste debate.

A PRIVATIZAÇÃO VERDE

A Economia Verde se expande sobre um amplo repertório de temas, mas é central o papel dos Estados, são eles que tem a função de garantir o marco jurídico através da criação, reforma ou ajuste de parâmetros legais e normativos -- e a segurança jurídica dos contratos -- de mecanismos internacionais da economia verde, como a Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação (REDD+) e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), assim como de incorporar as métricas internacionais (TEEB) para citar alguns dos exemplos mais emblemáticos (e controversos). Alguns dos principais mercados 'verdes' são criados por indução direta do Estado. Através de políticas públicas que têm como objetivo responder à crise climática e energética, os governos vêm criando diretivas que criam mercados mandatórios, cruciais para a 'transição verde' da indústria, como por exemplo no caso das energias renováveis, para as quais as leis criam incentivos e demandas de incremento progressivo (Programa Nacional de Biodiesel que determina a adição de biodiesel em frações crescentes à todo diesel no Brasil; mistura mandatória de etanol a gasolina). Além disso, poderia-se apontar o papel do Estado no estabelecimento de cláusulas verdes em licitações e compras públicas, no condicionamento de empréstimos públicos até normativas que re-orientam setores inteiros da economia, como por exemplo as construções sustentáveis (*green buildings*), normas de eficiência energética, etc. Este rol de temas também dialoga com as patentes verdes, as novas regulações para o uso de recursos naturais com água, ar, solo, minérios, oceanos, passando por metodologias (INMETRO, ISOs) de quantificação e verificação da capacidade de emissão e seqüestro de carbono, emissão e validação de certificados de redução de emissões (CERS), até criação de fundos e investimentos verdes (como o financiamento internacional para o clima), seguros ambientais e climáticos, compensações ambientais, impostos e tarifas verdes e a incorporação do PIB 'verde' (com a quantificação e contabilização do Capital Natural nas contas públicas).

Diante destas considerações acima, o movimento é estrutural e está consolidando uma transição econômica global rumo a mais uma etapa de privatização. É um debate urgente e necessário pautar a economia verde e o que ela traz em seu bojo, desconstruir o discurso hegemônico, expor suas contradições e visibilizar as alternativas emancipatórias e solidárias, desde os povos e o compromisso com a transformação da sociedade.



CAMILA MORENO

Com graduação em Filosofia (UFRGS) e Direito (PUC-RS) e doutora em Sociologia no CPDA/UFRRJ. Atualmente é coordenadora do Programa de Sustentabilidade no escritório do Brasil da Fundação Heinrich Boell. Áreas de interesse e publicações: movimentos camponeses e agronegócio, dimensões sociais e ambientais da biotecnologia/ impactos da agricultura de transgênicos no Brasil e na América Latina; agrocombustíveis, REDD, políticas climáticas e economia verde.



REPORTAGEM DE
TANIA MALHEIROS

moeda social

para os excluídos



Na inauguração do
Banco Comunitário
Cidade de Deus,
a moeda social
CDD nas mãos
de um vendedor
de cocadas

Sinto vergonha quando escuto falar de programas de alívio à pobreza, de luta contra a pobreza, como se ela fosse uma fatalidade como os terremotos! Elas são construções políticas de nossa inteira responsabilidade e esta começa na compreensão de fenômenos básicos, tais como o dinheiro e as finanças”. A declaração é da coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Moedas Sociais da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, Heloisa Primavera, hoje radicada na Argentina onde leciona nas Faculdades de Ciências Sociais, Econômicas e Psicologia da Universidade de Buenos Aires.

Joaquim Melo, coordenador do Instituto Palmas e responsável pela criação dessa nova tecnologia social, emprestou sua experiência para a implantação do Banco em Cidade de Deus

Foi assim, na década de 90, questionando a pobreza durante reuniões promovidas por lideranças da Associação de Moradores, que habitantes do Conjunto Palmeira, grande favela na periferia de Fortaleza encontraram a resposta óbvia frente às agruras do dia a dia para a sobrevivência. A pergunta que se fazia na época era “porque nós somos pobres”? E a resposta

não podia ser diferente: “somos pobres porque não temos dinheiro”.

A reflexão coletiva se transformou no ponto de partida para mudar a história do bairro. Inspirada nos ensinamentos do professor Paul Singer sobre cooperativismo e na filosofia da Teoria da Libertação, a Associação de Moradores de Palmeira deu o passo decisivo para criar um empreendimento de economia solidária, que pudesse gerar trabalho, renda e poupança interna. Fundou, em 1998, o Palmas, primeiro banco comunitário do país, e a sua respectiva moeda social de mesmo nome.

Hoje são 66 bancos comunitários no país, aquecendo a economia e promovendo o desenvolvimento de regiões muito pobres, com moedas próprias, cuja legitimidade é reconhecida pelo Banco Central, depois de muita resistência. Tecnologia social de inclusão financeira e bancária das populações sem acesso ao sistema tradicional, os bancos comunitários têm tido um papel decisivo na desconstrução de bolsões de miséria em diversas regiões do país. Com moeda social escolhida pelos próprios moradores, ele contribui para que a riqueza produzida pela população de baixa renda circule e permaneça na comunidade, reorganizando as economias locais. Pode parecer fácil, mas não é. E nem sempre foi assim.

O MAPA DA SUSTENTABILIDADE

No começo, o Banco Palmas amargou todas as dificuldades de um aprendiz. Começou movimentando apenas R\$ 2 mil e quebrou no dia seguinte. Os seus seis primeiros meses de vida foram marcados por “sofrimento e incertezas, pois não havia recursos e quase todas as portas se fechavam”, recorda o então líder comunitário, Joaquim Melo, criador e hoje coordenador do Instituto Palmas, organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), fundado em 2003 pela Associação de Moradores de Palmeira. “Iniciamos o banco disponibilizando R\$ 500,00, através de 20 cartões de crédito, para estimular o consumo local e o restante emprestamos a cinco produtores e comerciantes locais”, recorda Joaquim.

Na balança, os recursos mínimos não podiam ser comparados com a grandeza da perseverança que mantinha unidos os principais aliados do projeto. “Fizemos um mapa da produção e do consumo; dialogamos com as famílias para saber o que e quanto elas gastavam com a aquisição de produtos como alimentos, higiene, limpeza e beleza. O problema era que as compras eram feitas fora do bairro. Então dissemos: não somos pobres porque não temos dinheiro, e sim porque perdemos nossa base monetária, ou seja, perdemos o dinheiro que



HOJE SÃO 66 BANCOS COMUNITÁRIOS NO PAÍS, AQUECENDO A ECONOMIA E PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO DE REGIÕES MUITO POBRES



A FILA QUE ANDA DEPRESSA

O Banco Palmas sobreviveu sozinho durante sete anos, até a inauguração, em 2004, do segundo banco comunitário, o Par, em Paracuru, com moeda social de mesmo nome, também no Estado do Ceará, onde estão concentrados outros 35. Depois disso, dois anos se passaram até a entrada em funcionamento de mais cinco bancos comunitários, sendo três no Ceará, um em Dourados, Minas Gerais e o quinto em Vitória, no Espírito Santo, em 2006. Os debates naquele ano sobre como combater o desemprego levaram a comunidade de Pajuçara, também no Ceará, a decidir pela criação do Banco Paju, com a moeda social Maracanã. O Paju já atendeu a 597 empreendedores locais, fazendo a manutenção de cerca de 600 postos de trabalho, além da criação de outros 400, informou Francisco Eudasio Alves da Silva, coordenador do Instituto Paju, responsável pelo banco. Para ele, não há dúvidas de que o banco é um caso de sucesso. “Antes do Paju a comunidade só aparecia na imprensa em situações de violência, mas agora entramos na mídia positiva como empreendedores”, orgulha-se.

Outro banco bem sucedido é o de Cocais, no município de São João do Arraial, no Piauí. Lá, a Prefeitura realiza parte do pagamento dos funcionários públicos e terceirizados em moeda social, através do banco comunitário. Tem até Lei Municipal, aprovada pela Câmara dos Vereadores, regulamentando o pagamento. No momento, os gestores do Banco Palmas também querem convencer a Prefeitura local a fazer o mesmo.

Na Região Centro Oeste, município de Dourados, funciona há cinco anos o Banco Comunitário Pire, fundado pela ONG Mulheres

em Movimento. Sua moeda social, a Pirapire, tem origem na etnia Tupi Guarani, povo indígena habitante nato na região, que decifra “dinheiro” e quer dizer abundância, segundo Neusa Gripa, gestora do banco. O Pire trabalha com nove núcleos de base, cada um agregando de 8 a 12 bairros, somando cerca de 120 empreendimentos de economia solidária, numa região de 30 mil pessoas, que jamais teriam acesso a qualquer tipo de serviço financeiro. “O banco aumenta a esperança e resgata a autoestima, comenta Neusa Gripa.

A psicóloga Leonora Michelin Laboissière Mol concorda. Diretora presidente da Associação Ateliê de Idéias, agência de desenvolvimento local que desde 2003 atua no Espírito Santo, ela não esconde o entusiasmo pelo êxito do banco comunitário Bem, o primeiro da região, em operação desde 2006. O Bem, com moeda do mesmo nome, contabilizava até agosto um volume de 694 linhas de crédito (produtivo, habitacional, para consumo, entre outras em parceria com o governo do estado), no valor total de R\$ 721.301,56. São 150 comerciantes cadastrados que recebem a moeda. Este ano, o Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Econômico Solidário (Senaes), ampliou o número de bancos comunitários no Sudeste. A Região da Grande São Pedro, em Vitória, foi uma das contempladas: está em fase de nascimento o Banco Puã, homenagem à atividade econômica mais importante da história das comunidades locais, a pata de caranguejo.



**O BANCO PALMAS
SE DESENVOLVEU E
SUA GESTÃO FICOU
COMPLEXA. HOJE
AS ATIVIDADES
FINANCEIRAS E
BANCÁRIAS CHEGAM
A MOVIMENTAR R\$ 10
MILHÕES POR ANO**

temos”, relatou Joaquim. Hoje, a comunidade de 32 mil habitantes é referência no mundo quando o assunto é banco comunitário e economia solidária.

Nesse percurso, ajudas não devem ser esquecidas. O Banco Palmas em 2005 assinou contrato com o Banco Popular do Brasil (BPB), instituição oficial, para a liberação de R\$ 50 mil, recursos do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, que hoje está na ordem de R\$ 1,5 milhão, a taxa de juros de 1% ao mês. Conseguiu, também, apoio do Governo do Estado do Ceará e da ONG Sitawi. “O Banco se desenvolveu, sua gestão ficou complexa, as atividades financeiras e bancárias atualmente chegam a movimentar R\$ 10 milhões por ano”. Segundo Joaquim, atualmente estão sendo financiados empreendimentos dos ramos de produção, comércio e serviço, sendo que 240 lojas aceitam a Palma e dão desconto de 5% a 10% para quem compra com a moeda local.

O Banco funciona até hoje dentro da Associação de Moradores, onde atende a 1.800 famílias. Através do Instituto Palmas, oferece serviços para as comunidades rurais e urbanas em seus Pontos de Finanças Solidárias, uma inovação do projeto criada há três meses. Oferece até mesmo o microsseguro de vida, que as famílias mais pobres sequer conheciam. E mais: já é sustentável, garante Joaquim, que se baseia no fato de que, para atingir essa sustentabilidade financeira, um banco comunitário precisa, em média, operar uma carteira de crédito

A ESTREIA DE CIDADE DE DEUS

O vendedor de cocada Alexandre Romano Rodrigues, de 35 anos, foi um dos primeiros a esperar, ansioso, a abertura do Banco Comunitário Cidade de Deus, na manhã do dia 15 de setembro deste ano, data de sua inauguração. Mal as portas foram abertas, Alexandre entrou e trocou alguns Reais por CDDs, a moeda social do banco. E do lado de fora, ele fez a festa: em menos de uma hora conseguiu vender mais de 20 cocadas a dois CDDs, cada uma. “Vendi aqui o que não consigo fazer em um dia inteiro de trabalho”, comentou o ambulante. Ele e muitos outros moradores da Cidade de Deus avisaram que só esperariam passar a festa da inauguração para se cadastrarem e poderem trabalhar com os CDDs.

O Banco Comunitário Cidade de Deus chegou para atender os moradores de um dos mais conhecidos conjuntos habitacionais da cidade, reconhecido por sua resistência e pela luta em defesa dos seus direitos. Cravado na Zona Oeste do Rio, ele é o primeiro banco em área urbana no Rio. Funcionando nas instalações da Agência de Desenvolvimento Local, o banco é uma das metas do projeto RIO ECOSOL, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES) da Prefeitura, e opera com a tecnologia do Banco Palmas. O nome do banco e de sua moeda social são escolhas feitas durante diversas reuniões realizadas pela comunidade.

Cada cédula homenageia uma figura notável da comunidade: a artesã Dona Benta, que participa ativamente das reuniões do projeto; Dona Geralda, 81 anos, que se dedica à recuperação da população de rua e dependentes químicos; João Batista, falecido há cerca de seis meses, muito querido na comunidade; e o Padre Julio, também falecido, que sempre será lembrado pela ajuda prestada aos moradores de Cidade de Deus.

No primeiro balanço do banco, segundo a gestora Ana Lucia Pereira Serafim, a Lucinha, até o início de novembro foram contabilizados 1.130 CDDs de empréstimos concedidos para o consumo e mais cinco créditos produtivos. O comércio local também está apostando no banco: 132 estabelecimentos estão cadastrados e trabalham com a moeda social. Com 68 mil habitantes, a Cidade de Deus é “terreno fértil para o banco crescer e poder melhorar a vida de seus moradores, com mais produção, consumo, trabalho e esperança”, aposta Lucinha.



Alguns registros do dia da inauguração do Banco Comunitário Cidade de Deus

de R\$ 300 mil, além de realizar oito mil operações bancárias por mês, gerando uma receita média de R\$ 5 mil mensais. “O Banco Palmas já atinge esses números”, comemora

DESAFIOS TECNOLÓGICOS

Embora enfrentando dificuldades de financiamento dos bancos públicos, a vida financeira dos 66 bancos comunitários registra números significativos. Os créditos em Reais já chegaram a 7,5 milhões por ano e os créditos em moeda social totalizaram 600 mil. Esses números deverão aumentar este ano, quando outros 10 bancos comunitários estiverem em funcionamento, segundo Joaquim Melo, também coordenador da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Em 2012, serão mais 40. Todo esse desempenho alimenta uma meta ousada: bater a marca dos cinco mil bancos nos próximos 10 anos, consolidando essa tecnologia social como estratégia de enfrentamento da pobreza no país.

“Precisamos de tecnologia, de um *software* adequado que possibilite a governança da carteira de crédito e, conseqüentemente, a sua expansão. Precisamos de tecnologia para as moedas sociais e estamos avançando para a moeda social eletrônica. Buscamos a tecnologia para a venda de seguros em todo o país, com canais de distribuição via web”, anuncia Joaquim. Até o final do ano, os bancos da Rede, que funcionam com recursos do Instituto Palmas, deverão estar operando com o SIPWEB, *software* brasileiro, que já roda em algumas cooperativas e Oscips de crédito do país. Ele aposta num aumento de 60% da carteira de crédito de cada banco comunitário a partir dessa implantação.

O crescimento do número de bancos comunitários leva a outra necessidade: a constante atualização de seu desempenho, frente às demandas da comunidade. Pensando nisso, até meados de 2012 o Instituto Palmas vai realizar para a Rede o “Mapeamento da produção e do consumo” de todos aos bancos comunitários do Brasil. Será um grande censo brasileiro dos bancos comunitários que permitirá a organização da Rede. “Vamos saber quantos produtos estão sendo produzidos com o apoio dos bancos comunitários, quantas empresas podem ser criadas a partir do consumo dos vários territórios onde os bancos atuam, quais cadeias produtivas podem ser montadas no Brasil, quais produtos um banco pode comprar do outro e qual a real necessidade de crédito de cada banco”, informou Joaquim.

Enquanto isso, algumas iniciativas apoiadas pela Rede vão estreando no Banco Palmas, que já está firmando parceria com programadores da Índia, através

Supermercado sai na frente e dá desconto para quem paga com CDD



da ONG Mahiti Infotech, para a criação de um *Software Our Bank*, totalmente adaptado para bancos comunitários. O programa pode ser utilizado nas comunidades mais distantes, onde não exista o sinal da Internet, como é o caso dos bancos localizados em distritos rurais, comunidades indígenas e de pescadores.

De olho no futuro, eles querem criar também uma plataforma de programas ambientais. “Vamos ter uma empresa de reciclagem de papel. Os cursos e as oficinas para jovens já foram até patrocinados pela Caixa Econômica Federal (CEF)”, adianta Joaquim.



23

“

Hoje, com 35 funcionários, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários é a referência quando se fala em fundamentos dos bancos comunitários. Entre as tantas ações que realiza, destaca-se também a promoção de encontros nacionais, a elaboração do manual de funcionamento dos bancos comunitários e a criação do selo de certificação, estampado em todas as moedas sociais. Também leva a assinatura da Rede o Marco Teórico Conceitual, documento que integra a filosofia, a ideologia e os conceitos a serem seguidos, como, por exemplo, a obrigatoriedade de todo banco comunitário operar

ATÉ MEADOS DE 2012 O INSTITUTO PALMAS VAI REALIZAR O “MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO” DE TODOS OS BANCOS COMUNITÁRIOS DO BRASIL

A ESPADA DE DÂMOCLES

A procuradora Marusa Vasconcelos Freire, do Banco Central, se inspirou no tema das moedas sociais para conquistar o título de doutora no Programa de Pós-Graduação

em Direito, Estado e Constituição, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. No estudo, de 374 páginas, a pesquisadora traça um panorama universal das moedas no

mundo, mas no caso específico brasileiro, também considera importante que o governo federal regulamente a matéria. Marusa destaca ainda a capacidade de a moeda social incentivar a produção local e a responsabilidade e auto-estima das pessoas, promovendo a circulação de bens e serviços locais.

Em sua opinião, não será possível planejar e estruturar inovações tecnológicas, na base da economia criativa, “se uma *espada de Dâmocles* paira sobre as cabeças daqueles que se dedicam à construção de moedas sociais”, referência à expressão pouco usada na atualidade, embora possa representar as situações difíceis e perigosas vividas pelo homem moderno.

Segundo ela, além de serem utilizadas em programas de finanças solidárias, como pelos bancos comunitários, as moedas sociais também podem representar uma inovação tecnológica no enfrentamento da crise financeira internacional. “Como inovação tecnológica, as moedas sociais têm sido apontadas como instrumentos com potencial para enfrentar estruturalmente algumas deficiências do sistema monetário internacional, que estão nas origens da crise financeira global, em processo de transformação para uma grande crise de emprego no século XXI”.



com crédito produtivo, crédito para o consumo e moeda social, praticar juros mais baixos que os de bancos tradicionais e atuar em territórios com até 80 mil habitantes.

RESISTÊNCIA LEGISLATIVA

Tantas ações e esse imenso trabalho não foram suficientes para sensibilizar o Congresso Nacional para a aprovação do Projeto de Lei complementar número 93/2007, da deputada federal Luiza Erundina, que estabelece a criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias. Segundo a deputada, o projeto tem enfrentado forte resistência da área econômica do governo que orienta a sua base a não aprová-lo. Para a deputada, o entrave explica-se porque a economia solidária “ameaça” os grandes interesses econômicos.

Nesse caminho não faltam contradições. Os venezuelanos chegaram ao Brasil para serem capacitados pelo pessoal do Banco Palmas e hoje já operam com 3.600 bancos comunitários. O Instituto Palmas tem até um acordo de cooperação técnica assinado com o Ministério da Economia Popular do Governo da Venezuela para a expansão tecnológica dos bancos comunitários. Enquanto a Venezuela já criou a lei regulamentando os seus bancos, o Brasil continua na estaca zero, lamenta Joaquim Melo.

Do ponto de vista da legislação brasileira, o Palmas e os demais bancos comunitários funcionam resguardados pelo Instituto Palmas, uma OSCIP de Microcrédito que atua como guarda-chuva, dando suporte legal a esses bancos. Enquanto OSCIP, o Instituto Palmas pode estabelecer contratos e convênios com o poder público e bancos oficiais, captando recursos e tecnologias para a Rede.

Escorado no marco legal, enquanto o Projeto de Lei não sai do papel, o Palmas já está dialogando sobre a sua experiência com países como a França, o Equador e Marrocos.

POR UMA POLÍTICA DE ESTADO

A ausência de uma política de Estado para universalizar o acesso aos serviços financeiros para o cidadão é “o grande gargalo” que limita o financiamento público aos bancos comunitários. A opinião é do economista Idalvo Toscano, 37 anos de trabalho no Banco Central, mas que se posiciona enquanto ativista do movimento de economia solidária e finanças solidárias. “Minhas opiniões não refletem nem de longe o pensamento institucional sobre o tema”, avisa.

Segundo ele, a existência dos bancos comunitários é o reflexo da inadequação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) em cumprir o Artigo 92 da Constituição Federal. O artigo preceitua que o SFN teria que estar

“estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade”. Como isso não acontece, o espaço está sendo ocupado pelos bancos comunitários.

Com base em dados do governo, ele lembrou que atualmente 1.997 municípios brasileiros não dispõem de nenhuma sorte de atendimento bancário e 53 milhões de brasileiros vivem sem contas bancárias e serviços financeiros básicos como pagamento e recebimento de obrigações, abertura de conta de depósito e poupança, transferências e concessão de crédito e financiamento por intermédio de correspondentes bancários. E apesar de os bancos comunitários representarem um avanço na oferta de serviços financeiros básicos (pagamentos, abertura de conta corrente e de poupança, depósitos, por exemplo), eles não ofertam outros, igualmente importantes, encontrados em agências bancárias convencionais.

Idalvo Toscano pontuou outros problemas estruturais enfrentados pelos bancos comunitários. Eles não geram receita suficiente para cobrir seus custos operacionais e assim dependem de parceria com o poder público para se viabilizar como prestadores de serviços financeiros. Embora prestem serviços relevantes no processo de inclusão financeira, eles não fazem parte de uma política social de Estado e assim estão sujeitos a decisões políticas que podem provocar obstáculos a seu funcionamento, por exemplo, a não renovação da parceria com o setor público. Ou ainda, o desinteresse das agências bancárias oficiais, como o Banco do Brasil e CEF, em dar continuidade às atividades de correspondentes que os bancos comunitários lhes prestam.

Ele reconhece que os bancos comunitários são mecanismos fundamentais de emancipação e de construção de processos de desenvolvimento territorial. Afinal, operam com moedas sociais, fazendo captação de poupanças capazes de fortalecer o autofinanciamento e as atividades de produção e o comércio local. E o fato de operarem com moedas sociais tem “a primordial importância pedagógica de recuperar, para a consciência do cidadão de uma comunidade, o sentido histórico da constituição e formação do dinheiro, do trabalho cristalizado nas mercadorias, do valor que este trabalho produz e - sem esgotar o tema - promover o apossar-se de direitos políticos e sociais até então desapercibidos nessas comunidades”.

O PAPEL ESTRATÉGICO DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS

ADEMAR BERTUCCI

Erradicação da miséria: crédito ou desenvolvimento?

ARTIGO

Vez ou outra as preocupações com a Economia Solidária ficam restritas às questões do crédito, do microcrédito, do financiamento dos empreendimentos. Ainda que o crédito seja fundamental, é insuficiente para pensarmos a economia solidária. E nesse sentido, eu gostaria de tentar refletir sobre o outro lado, que é o lado da cidadania, é o lado do sujeito, é o lado do protagonismo.

No caso da Cáritas Brasileira, essa preocupação está vinculada ao universo do mundo dos excluídos. A Cáritas está trabalhando há cerca de 30 anos com fundos de apoio a pequenos projetos. Entre os pequenos projetos, também os projetos produtivos. A iniciativa de trabalhar com esses projetos tem a ver com o Nordeste. Foi num período de seca no final dos anos 70 para o início dos anos 80. Não era só a seca. Os dados sobre a concentração de renda do Brasil começavam a se tornar cada vez mais alarmantes. Ao mesmo tempo, a nação era conduzida pela Ditadura Militar. Por isso mesmo, o nome dado aos pequenos projetos (Projetos Alternativos Comunitários-PACs) tem a ver com o modo de se entender, há 30 anos, o seu papel político-pedagógico que permanece ainda hoje, como parte da construção da economia solidária.

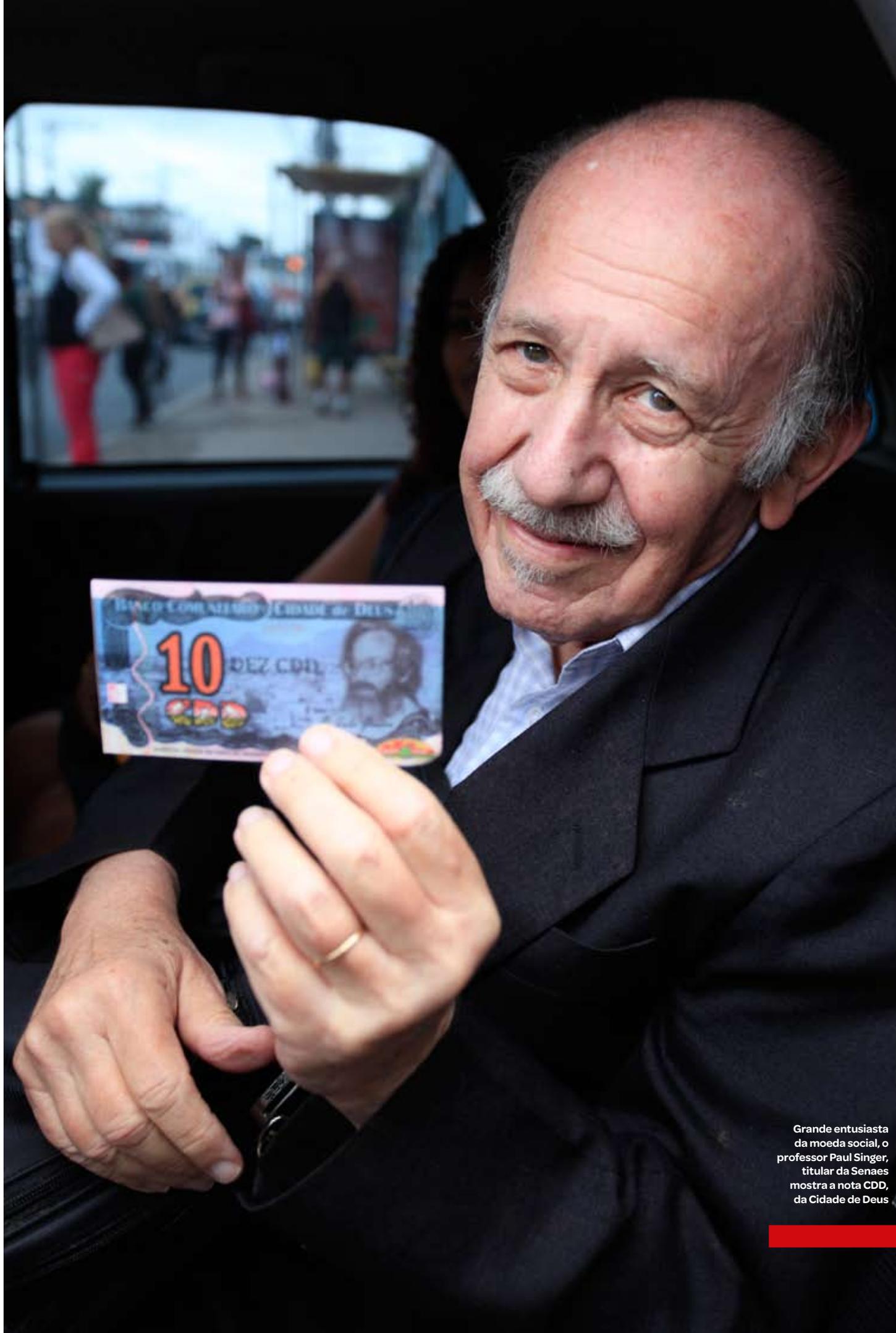
PROJETOS ALTERNATIVOS COMUNITÁRIOS

O “P” de “projeto” propunha ações organizadas com fins de mudanças, negando a ação assistencial, “filantrópica”, de “doações” que mantém dependências. Explicitando o papel protagonista dos grupos e das comunidades na elaboração dos seus projetos. O “A” de “alternativo” buscava formas criativas de sobrevivência que permitissem às comunidades o exercício de sua autonomia. Autonomia tem um pouco a ver com sustentabilidade? Tem. E se restringe aos elementos econômicos? Não exclusivamente! E o “C” de “comunitário”, na perspectiva da solidariedade. A Cáritas trabalha com o conceito de solidariedade. É o caminho das ações de todas as linhas da Cáritas. O aspecto comunitário garantia a opção por atividades associativas, grupos produtivos, cuja solidariedade interna estivesse presente.

No começo dos anos 90, a avaliação de resultados desses projetos resultou em propostas que abriram caminhos para a afirmação da economia popular solidária, dos Pacs à Economia Popular Solidária e que foram sistematizadas nas publicações “Sobrevivência e Cidadania” (UnB, 1995) e “20 anos de Economia Solidária” (Cáritas, 2001).

Os pequenos projetos se revelavam como sementes de possibilidades das pessoas, juntas, enfrentarem a sua situação de pobreza, de miséria e exclusão. Como semente, as avaliações sempre se mostravam muito úteis, mas absolutamente insuficientes para a solução de gargalos externos ao âmbito dos pequenos grupos. Verificava-se que o êxito econômico, mesmo com o fortalecimento da organização do empreendimento, esvaziava-se ao longo do tempo.

Hoje é possível constatar que tais sementes, em alguns lugares do país, foram a alavanca para a constituição de redes, aglomerados e para o desenvolvimento local. A Coesperança, cooperativa de Santa Maria, RS, conhecida por sua feira anual que reúne mais de 100.000 pessoas, ou a



Grande entusiasta da moeda social, o professor Paul Singer, titular da Senaes, mostra a nota CDD, da Cidade de Deus

Cressol, cooperativa de Crédito Solidário, com forte base no Paraná, vinculada à Rede ANCOSOL, são exemplos de desdobramentos dos Fundos Solidários dos anos 80/90.

SALTO ORGANIZATIVO

O resultado forte evidenciado pela avaliação dos PACs era a proposta de organização. Os projetos produziam resultados muito para além da questão econômica. Resultados que tem a ver, portanto, com a questão da cidadania, do sujeito, do sujeito coletivo. É claro que essa avaliação permitiu dizer que esses pequenos projetos, ou essas iniciativas de grupos de comunidades, se tornaram mais eficazes quando se articularam com os movimentos sociais. A “saída” para a solução dos gargalos enfrentados foi dar o salto organizativo dos pequenos grupos e comunidades para a organização econômico-política de um movimento social de defesa e afirmação de uma outra economia.

28

No caso dos grupos com os quais a Cáritas trabalhava, havia uma forte presença das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs. Então esses projetos vieram ajudar a fortalecer o movimento das comunidades. Entre esses projetos destacam-se aqueles de apoio, nos anos 90, ao grande movimento nacional da luta pela Reforma Agrária, que juntou parcela da Igreja, a Pastoral da Terra e o iniciante Movimento dos Sem-Terra.

Os PACs já se afirmavam como uma boa ferramenta de apoio aos grupos excluídos em suas lutas por reconhecimento de seus direitos. No campo, os sem terra tinham nos PACs o apoio para a sustentabilidade das ocupações, os acampamentos e as atividades produtivas de autosustentação. Na cidade, os catadores de lixo iniciaram sua luta histórica a partir de iniciativas de cooperativas de reciclagem, como a de Belo Horizonte, hoje referência nacional e latino-americana. São os movimentos dos catadores de lixo, da defesa da convivência com o semiárido, dos quilombolas, das mulheres, dos sem teto, da recuperação de águas, da juventude, da saúde alternativa.

Também a partir daí, percebeu-se que estes projetos tinham sido colocados, durante a ditadura, como alternativa às propostas (ou falta de propostas) do governo da época. Para a Cáritas, a questão do governo e do Estado exigiu uma reflexão ligada à cidadania. Isso ocorreu num momento forte, no período de transição do governo Collor para o de FHC, quando emerge o movimento de cidadania e de combate à fome do Betinho (IBASE) e de D. Mauro (CNBB).

As ações alternativas emergem das bases populares e se afirmam como resistência e sobrevivência. Resistência ao governo autoritário e, depois, resistência aos governos neoliberais. Sobrevivência na auto-ajuda solidária, nas mais criativas formas de convivência solidária. Mas era preciso passar das ações “alternativas” para ações “alterativas”, quer dizer, experiências alternativas que pudessem provocar alterações na política. Os grupos e as comunidades poderiam assumir-se enquanto parte dos movimentos sociais que incidem sobre a política para alterá-la em seu favor?

POLÍTICAS PÚBLICAS ESTRUTURANTES

Nos anos 90, a Cáritas foi uma das entidades parceiras de grande peso no CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar). Para a Cáritas, tratava-se de entrar na discussão de políticas públicas. Como consequência, ela também contribuiu, em seguida, para a elaboração do PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda), do Ministério do Trabalho, com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), um recurso dos trabalhadores. A idéia era assegurar uma política voltada para o combate à exclusão social, com vistas a atividades mais permanentes e estruturantes, e menos emergenciais, como as da primeira fase do movimento de combate à fome, concentradas na distribuição das cestas de alimentação.

Tais iniciativas foram abortadas na conjuntura seguinte do governo FHC.

O CONSEA se transfigurou, perdeu seu caráter de representação da sociedade civil, e o PROGER tomou outros rumos, abandonando a perspectiva inicial de um projeto integrado no qual a questão do crédito era apenas uma das vertentes. No entanto, mesmo descaracterizado, o PROGER possibilitou que o movimento da agricultura familiar lutasse para a definição de linhas de crédito, com recursos do FAT, o que resultou no atual PRONAF, Programa Nacional da Agricultura familiar, com linhas de apoio diferenciadas, e sob a condução política do CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Agricultura Familiar).

É bom lembrar que a exemplo do PRONAF, o movimento da economia solidária luta por um PRONADES – Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária.

DOS PACS À ECONOMIA SOLIDÁRIA

Em meados dos anos 90, no Rio Grande do Sul, a Cáritas, ao compor com um conjunto de entidades o Fórum Estadual da Economia Popular Solidária, iniciou uma pesquisa junto a algumas entidades e forças sociais do estado. Entre elas, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, o Movimento Sem-Terra e as primeiras iniciativas de bancos ou fundos públicos populares que começavam a acontecer na Prefeitura do Rio Grande do Sul.

É dessa pesquisa que vem a contribuição da Cáritas, para evidenciar, na prática, a possibilidade de convivência do espírito solidário com o espírito empreendedor, base de estruturação da Economia Popular Solidária. A perspectiva de se pensar que a economia não apenas como um espaço de exploração do trabalho humano a favor de uns e contra outros, a reflexão das experiências ocorridas, tudo isso nos levou a algumas constatações que hoje são mais ou menos óbvias. Do conjunto de experiências sistematizadas, a imensa maioria (94%) conciliava o espírito solidário à capacidade de gestão.

Hoje, em recente pesquisa de acompanhamento dos empreendimentos



Desfile de modas da cooperativa Costurando Ideais no Santa Marta

apoiados pelos Fundos Solidários no Rio Grande do Sul, constatou-se que 80% das microempresas apoiadas pelo Sebrae se dissolvem depois de dois anos, enquanto que 80% dos empreendimentos dos Fundos Solidários, depois de seis anos, permanecem funcionando!

RELAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS

A partir daí, algumas questões ligadas às relações internas (autogestão) e externas (sustentabilidade) dos empreendimentos são levantadas. É possível combinar valores da cooperação com valores da competência técnica? É. Eu até diria que os “metodólogos”, em algum momento do passado, desenvolveram e aplicaram metodologias participativas, coletivas, de administração de empreendimentos. Tais abordagens permitiram fugir dos modelos conhecidos de transposição da metodologia empresarial do grande capital para as pequenas e microempresas, que desconhecem a natureza destes empreendimentos -- que não é de acumulação de capital. É possível, portanto, a competência do ponto de vista societário, do ponto de vista

da cooperação, do ponto de vista da administração colegiada ou coletiva. A pesquisa mostrava isso.

Sobre as relações externas, o que se mostrava fundamental é a relação desses pequenos empreendimentos com seu “meio ambiente”. Está claro que nenhum pequeno empreendimento sobrevive por si só, e essa questão da sustentabilidade, de avaliação da eficiência econômica isolada está furada. Não dá para ser analisada sozinha. É um equívoco essa ótica de “desenvolvimento sustentável” que busca a sustentabilidade localizada num grupo. É por isso que a discussão de mais ou menos juros é irrelevante se nós pensarmos a questão do desenvolvimento de outra forma. Se pensarmos só pelo ângulo economicista, ele não dá conta da nossa realidade na sociedade. Não existe sustentabilidade econômica em qualquer situação do capitalismo que não seja dada por algum tipo de acumulação de recursos públicos. E o grande capital sabe fazer bem isso. Para não sermos “assistencialistas”, nós ficamos transferindo responsabilidades de sustentabilidade para os pequenos. Responsabilidades que não são da ordem econômica, mas da ordem de direito!

A CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE APOIO

A Cáritas, assim como a rede de organizações que atuam com Fundos Solidários, trabalhou, até 2001, com recursos que vêm da Cooperação Internacional, a maioria de origem ecumênica.

Hoje, entretanto, parte dos recursos está vindo de um movimento que no Brasil já tem mais de 20 anos, que é a Coleta da Campanha da Fraternidade. Nesse momento, os recursos internacionais que as nossas 12 Regionais têm para apoiar pequenas iniciativas, somados, são infinitamente menores que os recursos nacionais advindos de parcela (40%) da Coleta da Campanha da Fraternidade. A Campanha alavanca cerca de R\$ 12 milhões anuais, sendo que 60% ficam para os Fundos de Solidariedade Diocesanos e 40% para o Fundo Nacional de Solidariedade. Esses recursos, porém, não significam nem 0,01% dos do BNDES, a agência nacional de desenvolvimento que opera com parte razoável do FAT (recursos do trabalhador).

Ano passado, o Ministério do Desenvolvimento Social, tendo em vista sua atribuição de combate à miséria, aprovou



portaria que orienta a realização de bazares solidários com produtos apreendidos pela Receita Federal, com o objetivo de reforçar os Fundos Solidários. Uma forma de aliar uma fonte de recursos com ações de cidadania e o fortalecimento de fundos solidários autogestionáveis.

FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Na década de 90, a Cooperação Internacional e, em especial, os nossos amigos alemães, um pouco animados (ou pressionados) pelo neoliberalismo europeu daquele momento, estavam nos obrigando a exigir dos grupos produtivos, além do retorno de 100% do empréstimo, taxas de juros de mercado. Considerando a faixa dos excluídos com os quais a Cáritas trabalha, é óbvia a constatação que os grupos na linha de sobrevivência não têm condições de dar conta dessa perspectiva de mercado, tal como se propõe. Nesse sentido, a Cáritas não se coloca como um banco de financiamento, que desenvolve “carteiras de crédito”. Mas, sim, oferecendo esse instrumento-meio da sua ação de desenvolvimento na luta contra a exclusão: os Fundos Solidários, em suas diferentes versões. A Cáritas acha que é fundamental que a sociedade desenvolva seus inúmeros mecanismos públicos (governamentais ou da sociedade civil) de crédito popular, na perspectiva de finanças solidárias.

Recentemente o BNDES, preocupado com as dificuldades que o sistema bancário tem para fazer chegar o crédito às populações excluídas, assinou convenio com a Cáritas Brasileira, de forma a multiplicar o apoio a projetos produtivos do Fundo Nacional de Solidariedade, assegurando a metodologia político-pedagógica dos Fundos Solidários. Não se trata de crédito, já que os recursos não são retornáveis nem para o BNDES, nem para o Fundo Nacional de Solidariedade. Mas é um estímulo para que as organizações apoiadas formem seu Fundo Rotativo com os retornos voluntários de seus empreendimentos.

O BNB – Banco de Desenvolvimento do Nordeste, já vem ousadamente apoiando organizações que possuem Fundos Solidários para a Região do Semi-Árido. Em projeto antecipatório do que se pretende com uma política pública de Finanças Solidárias, com um Comitê Gestor (sociedade civil e governos), foram aprovados cerca de R\$ 6 milhões para 60 projetos. Mais ainda. O BNB tem provocado os governos do Nordeste a reproduzirem sua metodologia (edital, comitê gestor, etc.),

dobrando o valor assumido pelos estados. A Bahia acabou de lançar seu edital e deverá ser acompanhada por outros governos.

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E PROTAGONISMO

A reflexão que acontece na Cáritas não se dá só no âmbito das ações sociais da Igreja, das pastorais, dos movimentos sociais. De alguma forma, a construção do movimento de economia solidária e da Secretaria de governo, a SENAES, foi um estímulo para que a I Conferência Nacional discutisse a economia solidária como estratégia de desenvolvimento. Qual o projeto de desenvolvimento que poderia romper com o circuito vicioso que alimenta a exclusão social, depreda o meio ambiente, globaliza o desemprego e a fome?

Tratar do combate à miséria, tratar da inclusão sócio-produtiva, tratar da inclusão cidadã supõe buscar a vinculação entre os sintomas aparentes da miséria e suas causas.

Essa ponte entre as evidências da miséria e suas relações com o modelo de desenvolvimento precisa estar sendo construída permanentemente. Se pensarmos na perspectiva da radicalização da democracia, ela tem que ser construída com aqueles que são os mais excluídos. Se não for, não vamos construir um outro projeto de desenvolvimento, aquele voltado para o respeito aos sujeitos humanos. Se não incorporarmos os segmentos excluídos na sua construção, não é o projeto do nosso sonho, da nossa utopia.

É possível pensar a questão do Desenvolvimento Local no sentido da defesa do meio ambiente, apenas localmente, sabendo que os grandes países há anos definiram que iriam reduzir a sua responsabilidade sobre a camada de ozônio e nada fizeram? É possível que nós queiramos resolver a questão da Sustentabilidade Local, sem levar em conta as decisões de ordem internacional no que diz respeito à sobrevivência humana, à vida de todo o Planeta?

O que é possível fazer, a partir dos territórios, com ferramentas como a metodologia dos Fundos Solidários?

Um exemplo significativo nos é dado a partir da experiência da Paraíba. São centenas, quase mil pequenos fundos rotativos solidários administrados pelas próprias comunidades. Nasceram, em grande parte, na luta pelo reconhecimento do Semiárido e das cisternas de captação de água da chuva, como forma de convivência com esse bioma. Cada cisterna construída pelos mutirões permitia a construção de outras cisternas. Funcionou assim também com outras iniciativas comunitárias, com cabras, pastos e sementes, quase que como moedas sociais. Entre esses tantos fundos solidários, a rede de fundos de sementes “da paixão” (nome dado às sementes naturais, ou crioulas) tornou-se tão grande e forte, que influenciou a política do governo estadual, que até então distribuía sementes transgênicas para os agricultores. Hoje, o governo abandonou essa prática.

Vale repetir uma das frases da economia solidária: gente pequena, fazendo coisas pequenas, em muitos lugares pequenos, transforma a face da terra!

Experiências as mais diversas e criativas, desde as comunidades indígenas, quilombolas, acampamentos da reforma agrária, mulheres, catadores, sem teto em luta por moradia, bazares solidários para constituição de fundos solidários estão sendo identificadas pelo Projeto Finanças Solidárias, da SENAES, de apoio à Rede de Fundos Solidários, por todo o Brasil.

LEGISLAÇÃO, SUBORDINAÇÃO E AUTONOMIA

Acrescentaria uma última coisa. A Colômbia aprovou uma legislação que define o setor de Economia Solidária como um dos três grandes setores econômicos: o setor do grande capital, o das empresas estatais e o da economia solidária. Assim também a Bolívia, o Equador e a Venezuela. E isso lhe assegura direitos!

Nossa II Conferência Nacional, “Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável”, aponta caminhos da luta por direitos e indica a proposta do projeto de lei da Economia Solidária. Nele, o tema das finanças solidárias alia o



ADEMAR BERTUCCI

Economista com mestrado em Políticas Sociais (UNB), educador, membro da Coordenação Colegiada da Cáritas Brasileira e membro da Coordenação Executiva do Fórum Brasileiro da Economia Solidária

crédito às ações emancipatórias junto aos excluídos, na perspectiva da autogestão e do desenvolvimento sustentável solidário, a partir dos territórios.

Eu penso que o fortalecimento desse grande movimento que avança para rever toda uma estrutura de gestão política, da legislação ao crédito, da educação à comunicação, a favor da Economia Solidária, pode ser um grande espaço de transformação. Dentro dessa perspectiva, fica mais claro entender o caráter de subordinação que as iniciativas de Economia Popular e Solidária têm, hoje, no processo de luta no contexto do capitalismo. Por isso mesmo, o avanço de um grande movimento que articule forças favoráveis à Economia Solidária significa sair da resistência apenas, para ocupar espaços de construção de sua autonomia enquanto sujeitos capazes de se contrapor aos projetos que negam a dignidade humana e possam apontar para outra perspectiva de desenvolvimento humano.





ENTREVISTA A
CRISTINA CHACEL E
FLAVIA CAVALCANTI

Passarela Solidária

**RICARDO
VIEIRALVES**

Releito em outubro deste ano com 70% dos votos dos estudantes, professores e funcionários, uma situação inédita na história da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o reitor Ricardo Vieiralves tem planos bem ousados para sua nova gestão. À frente de uma instituição que hoje congrega cerca de 2.300 professores efetivos, 4.700 funcionários, 25 mil alunos de graduação e 3.500 de pós-graduação, Vieiraves que dar continuidade a um processo que começou há oito anos, com a introdução do sistema de cotas, e que transformou a cara da universidade. “Ela ficou a cara do Brasil, é mestiça, tem todas as cores”, constata orgulhoso. Neste momento, o reitor está empenhado em retomar os laços da UERJ com seu principal vizinho, a Mangueira, interrompidos por conta da violência. Agora, com a UPP, ele quer voltar, e pesado, com um projeto inovador, que estreita, de vez, e de fato, a relação da instituição com a comunidade: a construção de uma passarela e a reforma do prédio do IBGE, transformando-o num centro voltado para ações sociais, culturais e difusão de tecnologia na comunidade. “Nosso interesse é que não só a Mangueira venha aqui, mas que as pessoas daqui atravessem a passarela e assistam ao espetáculo lá. Essa passarela tem que ter via de mão dupla o tempo todo, de ida pra lá e de vinda pra cá”, avisa o reitor, que está negociando com a Secretaria Municipal de Habitação as obras. Empolgado com seus projetos, Ricardo Vieiralves conversou com a RIO ECOSOL, prometendo abrir a universidade para à economia solidária.

A UERJ trabalha com Economia Solidária? Que projetos vocês desenvolvem nesta área, em especial com favelas?

Nós somos, com certeza, a universidade com mais projetos de extensão entre todas as universidades públicas do Brasil. É uma tradição da UERJ se aproximar de tudo quanto é área possível, desde a área cultural, a área de saúde e a de educação. Isso é reconhecido em nível nacional. Quer dizer, é a universidade com mais proximidade com as comunidades populares. Mas, na realidade, esse compromisso não se solidificou como um compromisso da instituição como um todo, mas de uma área ou de uma parte ativa da instituição, que é a área de extensão. Como um trabalho institucional, o nosso se dá no apoio a projetos de desenvolvimento na área da economia formal e com empresas já constituídas.

Mas há espaço institucional para a reflexão sobre novos modelos de inclusão, como é o caso da economia solidária?

A gente pode pensar. Somos a primeira universidade do Brasil a oferecer o sistema

de cotas. E com as cotas, temos uma população hoje na UERJ que tradicionalmente não pertencia à universidade, a não ser em alguns cursos. Na área de educação e na área de serviço social, por exemplo, as cotas não provocaram nenhuma alteração, nenhum choque cultural. Mas em Direito provocou, na Medicina provocou, em Desenho Industrial provocou, na Odontologia, na Psicologia, na Comunicação também. Ou seja, em cursos que tinham uma alta procura e uma determinada demanda social estabelecida, o sistema de cotas alterou a relação candidato/vaga.

Que iniciativas poderiam contribuir para vencer este fosso cultural?

Um projeto que eu penso em desenvolver é o de estimular esses cotistas que vêm de situações periféricas a constituir pequenas empresas, com o apoio de uma linha de crédito, negociada institucionalmente, no seu lugar de residência, de modo a intervir na realidade local. Quer dizer, como uma extensão do benefício social, que é provocado pela entrada das cotas para a comunidade em que ele está inserido.

Seria uma devolutiva?

Uma devolutiva. Isso pode estabelecer uma alteração significativa, porque você já está com a pessoa mais ou menos formada, com um nível de qualificação pessoal maior. Se ela começa a se inserir ou a ter responsabilidade com a comunidade aonde vive, isso pode ser muito interessante. Eu acho que a gente tem que abrir uma linha de crédito. Nós não somos indutores da economia, a não ser até aí, com a nossa população. Mas nós podemos também, tranquilamente, abrir uma linha de formação ou de instrução para esses jovens, ou essas pessoas que fazem economia solidária.

E como seria esse apoio?

Sugeri à Sedes, e isso a gente vai fazer, a abertura de uma feira de produtos da economia solidária aqui na universidade, talvez com a criação de lojinhas permanentes, porque aqui somos um mercado onde circula muita gente. Nossa participação seria solidária, não teria custo nenhum de operação. Seria um benefício que a universidade ofereceria e que também serviria para a divulgação e para o conhecimento da universidade sobre este modelo.

Na área de pesquisa, nos currículos, essa discussão de alguma maneira acontece? Tem gente estudando economia solidária na UERJ?

Com certeza. São pesquisadores que estão envolvidos tematicamente com esse assunto. Mas a instituição não se envolveu. E não somos apenas nós não, são todas as universidades no Brasil. É preciso que esses *links* sejam criados e essas proximidades sejam feitas, porque não é bom que a universidade fique de fora de um processo de desenvolvimento social público.

Na verdade, a gente sabe que a Economia Solidária já acontece como movimento social legítimo e representativo há algumas décadas. Mas ela não ganhou institucionalidade. Ela começou a ganhar de oito anos pra cá, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, a Senaes. O fato dela não



estar incorporada a um currículo da universidade só reflete uma história de não institucionalidade...

O Darcy Ribeiro tinha toda razão, nos anos 60, quando disse que a grande identidade da universidade brasileira devia ser pensar o Brasil. Mas esse projeto foi abortado. Se ele começou, foi abortado. Na realidade, nós estamos agora num processo de reconhecimento do Brasil. O sistema de cotas, por exemplo, introduziu na universidade uma população que nunca tinha entrado na universidade. Ele tem oito anos. E houve muitas resistências internas.

O que acontece é que a universidade ficou com a cara do Brasil. Ela tinha uma cara europeia, não tem mais. Ela é mestiça. Ela tem negro, ela tem branco, ela tem mulato, ela tem amarelo, ela tem todas as cores, muitas mulheres. A maior parte da população na universidade é feminina, e em quase todos os cursos. As mulheres passam mais, estudam mais, tem melhor instrução e melhor *performance* acadêmica do que os homens. E depois – o que é uma barbaridade – não ganham o mesmo salário!

**O QUE ACONTECE
É QUE A
UNIVERSIDADE
FICOU COM A CARA
DO BRASIL. ELA
TEM NEGRO, ELA TEM
BRANCO, ELA
TEM MULATO,
ELA TEM AMARELO,
ELA TEM TODAS
AS CORES**

NUM PAÍS COMO O NOSSO, DE
GRAVES DESIGUALDADES SOCIAIS, A
UNIVERSIDADE TEM POR MISSÃO SER
UMA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO

Essa nova cara acontece em outras universidades?

Talvez a diferença da UERJ é que nós ficamos no coração da cidade e as outras irmãs foram afastadas e apartadas da cidade. Quando a UFRJ foi para o Fundão, era o fundão mesmo, o fundão do mundo, o fundão do Rio de Janeiro. Não existia absolutamente nada lá. Era um manguezal e mais nada. Nós ficamos aqui dentro, dentro do coração da cidade. E isso significa que nós tivemos que lidar com os dilemas da cidade. Estamos cercados, aqui no campus principal, por comunidades populares: Mangueira, Turano, Borel, Morro da Formiga... Está todo mundo aqui. A violência, quando atingiu a cidade, nos atingiu diretamente. Os dilemas da cidade, do trânsito, das confusões da vida urbana, são vividos aqui. Por isso, talvez,



a universidade tenha se aberto mais ao mundo do que outras instituições irmãs. Mas essa abertura ainda é insuficiente. Por quê? Num país como o nosso, de graves desigualdades sociais, menores do que já foram, mas ainda muito graves, a universidade tem por missão ser uma agência de desenvolvimento. E para isso precisa construir uma agenda de desenvolvimento.

Mas aonde ela constitui essa agenda de desenvolvimento?

No âmbito da chamada economia formal, na qualificação dessa produção, e principalmente, no desenvolvimento de novas tecnologias. Nós temos uma maluquice no Brasil. Somos responsáveis, mais ou menos, por quase 6% da produção de *papers* em nível internacional. Isso é muito significativo! Na produção de ciência, porém, produzimos apenas 0,007% em tecnologia e patente. Essa é uma questão central para um país que quer ser soberano. Ter conhecimento e esse conhecimento virar propriedade do próprio país.

Com relação à sociedade, ou seja, a chamada população, você precisa constituir mecanismos de apoio de cidadania. Onde a gente está atuando? A gente atua nas UPPs, na área da saúde, prevenção da AIDS, do dengue, e em tudo o que se possa imaginar que vem nesse projeto de constituição de cidadania. Talvez agora, o passo mais forte que a gente tem que dar é no sentido de assessorar e apoiar integralmente esse projeto, que significa o desenho de uma nova estratégia de produção no Brasil.

E que vem ao encontro de uma demanda por estratégias de sobrevivência.

Exato. Talvez o efeito político maior signifique a institucionalização. Até porque o povo se vira. Às vezes, nem precisa de muita assessoria, assessoria demasiada atrapalha. E talvez o nosso papel nesse momento seja o de reconhecimento de que essa estratégia é uma boa estratégia para o Brasil e para os brasileiros. Uma ação muito mais política, de reconhecimento e, junto com isso, ações concretas. Porque reconhecimento não é só blábláblá,

não é só conversa fiada. Significa abrir espaço aqui na universidade para essa feira, significa induzir que os nossos alunos de comunidades periféricas auxiliem as suas comunidades com projetos claros de produção econômica viva, significa oferecer assessoria dentro do que é demandado, significa auxiliar, medir. É preciso criar instrumentos de medição para os efeitos dessa produção. Como ela é muito informal, você quase não tem medidas. A universidade pode dar suporte a muitas dessas transações.

O que a Economia Solidária basicamente fomenta é a possibilidade das pessoas trabalharem juntas, é o trabalho coletivo, cooperativado. E ela faz esse fomento através de oficinas onde trabalha conceitos de gestão, de comercialização, de cooperativismo. Tem espaço dentro da UERJ para a realização dessas oficinas?

A gente tem uma experiência fabulosa com alguns professores da Uerj. Montamos um curso de leis sociais para os movimentos sociais, que funcionou durante 25 anos, mais ou menos. O curso justamente procurava fazer uma popularização, sem nenhuma vulgarização, dos direitos que a comunidade poderia e deveria ter. Nós formamos quase todos os agentes sociais do Rio de Janeiro na área do Direito, dando possibilidade a eles de conhecerem as leis, como é que podiam utilizar as leis a seu favor, ou seja, a favor da justiça, da democracia. Tranquilamente podemos montar esse tipo de curso e será muito interessante. E nós temos uma massa gigantesca que são os estudantes.

Muito interessados nisso.

Muito. E que podem ser tutores, ser supervisores desse trabalho junto com os professores.

É possível pensar em uma cadeira de Economia Solidária, que trabalhe com princípios de desenvolvimento local, comércio justo, dentro de um curso de graduação?

É. Temos abertura pra isso. Abertura,

dentro das grades curriculares, para contar com qualquer disciplina, de qualquer natureza. É preciso apenas que tenha gente interessada na montagem dessas disciplinas. E um pouco cruzar essa quantidade. Por que qual é o problema dos grandes pesquisadores? Eles montam uma rede temática própria. Então você tem pesquisadores que pesquisam a questão de gênero, por exemplo. Eles participam da rede temática só de pesquisas sobre gênero. Além outros que se interessam pelo tema da participação dos negros na economia e participam de outra rede só desse assunto. O problema é juntar essa gente toda.

Em relação à política de segurança pública, como aproximar a universidade das demandas reais, concretas desses territórios que estão sendo “pacificados”? Como a reitoria poderia ser propositiva e ajudar a resolver questões atuais dessas comunidades, como a geração de emprego e renda, por exemplo?

A universidade precisa estar presente. Se ela não estiver presente, não tem jeito. Estamos indo, sim, a todos os lugares. Estamos com uma massa de estudantes significativa nas UPPs. Já fizemos para as UPPs várias sugestões de projetos de esporte com crianças e jovens. O foco é este porque uma geração precisa ser bem cuidada.

E essa proximidade gera demanda, não tem jeito. Quanto mais perto você está, mais demanda vai ter. Nós queremos adotar a Mangueira, agora com a UPP, porque sempre tivemos forte relação com esta comunidade, que foi interrompida por conta da violência. Estamos querendo voltar, e voltar pesado, com inovação. Estamos negociando com o Jorge Bittar (*Secretário de Habitação do governo Sergio Cabral*) o prédio do IBGE. Ele vai ser totalmente voltado para ações sociais e difusão de tecnologia na Mangueira, com projetos de inovação tecnológica. Ou seja, nós queremos induzir projetos econômicos ali dentro. De oficinas, de montagem e desmontagem de computador, por exemplo.

Como formas alternativas de inclusão, de renda.

Como formas alternativas, mas induzindo como empresa, como cooperativa. Incubando empresas sociais dentro da universidade, com a mesma lógica da incubadora de empresas, só que de empresas sociais.

Estamos dispostos a esse tipo de intervenção e é claro que isso vai gerar uma demanda gigantesca por formação, por entrada na universidade, por especialização. Vamos nos organizar para responder.

Uma provocação. A gente conhece pelo menos dois departamentos dentro da UFRJ, não vou entrar no mérito deles, mas que institucionalmente são consolidados – o Soltec e o ITCP – os dois parceiros da Sedes. Vamos dizer assim, são dois escaninhos abertos e em funcionamento dentro da UFRJ. No caso da UERJ, já existe algum arcabouço para abrigar esse tipo de parceria?

Não, está sendo montado.

Podemos registrar, por exemplo, um compromisso, aqui, do reitor, de que a UERJ vai investir em Economia Solidária neste molde, por exemplo, mesmo em nível de arcabouço?

Podem sim. O grau de compromisso é a proximidade, é a ação. O Lenin dizia que a prática é a senhora da razão, da verdade. É por aí. A prática vai criar a demanda e vai criar a necessidade, usando determinadas ações que estão articuladas. O que eu acho importante, do ponto de vista da indução em nível central, e não em nível local, do pesquisador, é a criação de práticas e de proximidade com a Economia Solidária. E isso necessariamente vai criar sinergia entre os pesquisadores, entre os grupos, que vão estabelecer relação com os dois laboratórios da UFRJ. Ou seja, a coisa vai andar.

Agora, se não tem um lugar que faça a fusão para criar essa sinergia, isso não vai acontecer. A nossa proposta vem com o Piloto Mangueira, esse piloto pra gente é muito sério! A Mangueira é nossa vizinha, ela é a maior usuária do Hospital Pedro

Ernesto, das nossas atividades de saúde, 45% dos usuários da nossa rede de saúde são da Mangueira. A Mangueira já tem a tradição de usar a nossa parte esportiva, jovens utilizam nosso campus, as nossas coisas. Ela tem a proximidade com cursos, ela vem a eventos, vem a atividades. E nós fomos apartados pela situação de violência. Uma situação de violência extemporânea na Mangueira, estranha, não era da tradição nem da cultura daquela comunidade. E isso nos afastou tremendamente, porque nós começamos a ser ameaçados, e nos sentimos ameaçados por causa dessa situação. A Mangueira é o grande projeto da sinergia.

O que já existe desse projeto? Tem prazo e investimentos previstos?

Tem prazo, tem investimento, tem uma negociação com o Jorge Bittar. O prédio do IBGE ainda não está funcionando. Ele vai ser recomposto, fisicamente, e depois será dado para nós e para outras instituições, vamos ficar com sete andares. Essa é a proposta inicial. A ideia é fazer uma passarela ligando a Mangueira à UERJ, o que vai significar proximidade definitiva. Quer dizer, nós queremos essa passarela. A universidade não tem medo de pobre, essa aqui não tem, pelo contrário.

E lá na Mangueira, o que a gente está querendo montar? Primeiro, aproveitar o imaginário com relação à questão cultural, que é muito forte na Mangueira. Vamos fazer um teatro dentro do prédio para poder criar sinergia com a música e criar espaço para os jovens. Nós vamos ensinar técnicas de iluminação, de cenografia, ou seja, o nosso pessoal vai fazer artes e espetáculos e criar principalmente um espaço para essa garotada se expressar. Vamos montar um estúdio para eles usarem, para a produção de materiais.

Isso tudo não seria uma duplicidade de investimento uma vez que você tem um imenso teatro aqui? Tendo uma passarela, o senhor não poderia trazer essas pessoas para aumentar a taxa de ocupação dos equipamentos que a própria UERJ já tem?

A UERJ está com o equipamento 100%

ocupado. A demanda aqui é enlouquecida porque você tem poucas casas de espetáculos no Rio de Janeiro. Nosso interesse é que não só a Mangueira venha aqui, mas que as pessoas daqui atravessem a passarela e assistam ao espetáculo lá. Essa passarela tem que ter via de mão dupla o tempo todo, de ida pra lá e de vinda pra cá.

A segunda coisa que a gente está bolando é essa área de difusão tecnológica. Pensar a tecnologia como um processo capaz de inserir pessoas de maneira diferenciada na vida profissional. Isso significa criar oficinas de montagem e desmontagem de computadores, estúdio, difusão de várias tecnologias e de várias maneiras. Por exemplo, formação de laboratorista que não tem no Brasil. Nós temos hoje uma dificuldade de cão para montar laboratórios de pesquisa, você não tem mão de obra. Nem nós, nem nenhuma empresa no Brasil.

Que tipo de dificuldades?

As máquinas hoje são sofisticadas, não é qualquer um que sabe mexer. E os laboratórios das empresas também estão se sofisticando. Só que a mão de obra técnica é insuficiente para dar conta da demanda. E nós queremos formar essa turma na prática. E vamos usar os nossos laboratórios, que são os mais sofisticados de todos, porque houve um *boom* de investimentos em pesquisa nesses oito anos do governo Lula, e aqui no Rio de Janeiro, com a revitalização da Faperj. Hoje todas as universidades brasileiras têm equipamentos de ponta.

Só para terminar o desenho do Projeto Mangueira. Estamos falando em cultura, em tecnologia, e em que mais? Esporte?

Esporte, mas voltado para essa questão mais social, inter-relacional, de formação. Seria mais educação física do que atletismo, por exemplo. E educação física para a saúde. Nós temos trabalhos já consolidados em educação física para diabéticos, para hipertensos, para pessoas que sofreram acidentes. Ou seja, isso vai significar uma ação de saúde coletiva e de formação de recursos humanos. Então, Mangueira é a nossa alma.



*TEMOS QUE PENSAR
A TECNOLOGIA
COMO UM PROCESSO
CAPAZ DE INSERIR
PESSOAS DE MANEIRA
DIFERENCIADA NA
VIDA PROFISSIONAL.*



Mas o foco principal do trabalho de vocês nas UPPs não são as crianças e os jovens?

São as crianças e os jovens, mas também os idosos. A gente já atende os idosos pela Universidade Aberta da Terceira Idade (Unati), criada pelo Piquet Carneiro e dirigida pelo Renato Veras. São 3 mil idosos em cursos, oficinas e atendimentos de saúde. A Mangueira já é usuária de vários produtos e de várias ações que a gente já faz. Entre os atendidos, mais de 700 são moradores da Mangueira, uma coisa dessa ordem.

E onde funciona essa universidade, é aqui dentro?

Aqui dentro, no 10º andar. Quer dizer, a Mangueira já vem à universidade, ela já tem a prática de vir a esta casa. O que não tivemos foi a prática desta casa ir à Mangueira. Agora ela vai voltar.

O que temos visto nas comunidades onde o nosso projeto está presente é que, embora muitos jovens queiram a universidade ou o ensino profissionalizante, tem muita gente atrás de estímulos e apoio para construir seus próprios negócios. Pequeníssimas empresas na área de cultura, na área de informática. E isso é fundamental para a inclusão social.

Isso a gente pode resolver com as incubadoras de empresas sociais. Lá na Mangueira só serão empresas sociais a serem implantadas, não serão outras empresas.

Empresas sociais solidárias?

Solidárias.

Qual seria o investimento do Projeto Mangueira?

O investimento da Secretaria de Habitação é a urbanização do prédio.

É um projeto, portanto, municipal?

Municipal. É a urbanização do prédio. Ele vai nos entregar o prédio com água, luz, janela, elevador, ou seja, com toda a infraestrutura necessária. A urbanização interna é

com a gente, o custo é nosso. Mas nós estamos dispostos a isso. É um investimento de, no mínimo, R\$ 4 milhões, durante todo o ano que vem.

Está no orçamento da universidade?

Como é isso?

O orçamento da universidade é pobre, pobre, pobre de *marré deci*. Mas nós vamos conseguir apoio, parcerias. A gente consegue ir à luta atrás de coisas. A Petrobras tem sido uma das grandes financiadoras das universidades brasileiras, ela apoia esse tipo de ação.

A Petrobras já está nesse piloto da Mangueira?

Ainda não. O projeto está sendo desenhado e depende do prédio do IBGE. Porque o prédio é fundamental pra dar essa forte visibilidade que queremos. O prédio e a passarela. Nós queremos as duas coisas, o prédio sem a passarela não nos interessa. Porque você vai criar na realidade uma verdadeira ponte entre a favela e o asfalto... Isso é que é o mais bonito. Fica mais interessante. E como eu disse antes, essa universidade nunca teve medo do povo, das pessoas. Essa é a diferença que a gente sempre teve.

Esse polo da Mangueira, na verdade, e eu estou chamando de polo, pode ser um espaço para a transversalidade necessária quando se fala, por exemplo, num modelo de desenvolvimento que pressupõe a convergência.

Eu acho que a transversalidade só pode talvez acontecer ali. A vida real não é segmentada como a vida acadêmica. A estratégia acadêmica de segmentação é uma estratégia que foi necessária para o desenvolvimento do conhecimento, mas na vida real ferrou. Na vida real você não consegue segmentar. E cada vez menos. Então a minha suspeita é que este fato vai provocar sinergia e encontro.

O Projeto Mangueira é um laboratório que cria um efeito demonstração ao estilo do Anísio Teixeira. Ou seja, é preciso criar lugares que digam que isso é possível de

acontecer porque as pessoas vendo esses lugares de demonstração repetem em outros lugares.

E tem a chancela de uma universidade.

Claro. Isso talvez seja a coisa mais importante que a gente venha a fazer. Mais do que o efeito concreto, com certeza, benéfico para a população da Mangueira, o efeito demonstração, o efeito desta possibilidade em replicação, de replicar isso em outros ambientes é muito importante. Aí, na realidade, a universidade cumpriu o seu papel. É o papel de inovação, de formação, de coisas novas.

A gente estava falando de um diálogo com um movimento social, como um sistema de representação social, no caso da Mangueira, ou de outras favelas, ou da própria cidade. Como é que se estabelece o diálogo entre a universidade, e aqui falando da UERJ, com o poder Executivo, seja da esfera estadual, seja da esfera municipal, que é a mais próxima da população?

Eu acho que ela é indutora. E envolve muito mais o poder municipal. O poder estadual é preciso que nos dê recursos, que nos dê liberdade para agir. Agora, no âmbito municipal, acho que é preciso criar uma rede de intervenção conjunta. Eu não considero que um projeto dessa natureza seja bem-feito sem o poder público municipal.

A Prefeitura entra junto?

Entra junto, como parceira, como formuladora. Porque na realidade ela faz um redesenho da própria cidade, quer dizer, é o objetivo que nos interessa. Essa ideia das pontes, essa ideia da proximidade, essa ideia de que a cidade é mais unitária, de que é possível, com recursos bem produzir efeitos. A universidade tem essa tradição.

RIO ECOSOL

EDIÇÃO Nº3
JANEIRO/FEVEREIRO

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Bezerra Cardoso
Ana Asti
Antônio Oscar Vieira
Cristina Chacel
Elane Maciel
Flavia Cavalcanti
Marcelo Henrique da Costa
Paulo Magalhães
Ratão Diniz
Rosemary Gomes
Sidney Lianza
Tania Malheiros

EDIÇÃO

Cristina Chacel
Flavia Cavalcanti

REPORTAGEM

Tania Malheiros

COLABORADORES

Ademar Bertucci
Camila Moreno
Daniel Tygel
Jean Marc Von der Weid

FOTOGRAFIA

Ratão Diniz

DESIGN GRÁFICO

Tabaruba Design

IMPRESSÃO

Flama

Jornalista Responsável

(MTb. 16067)
Cristina Chacel

Revista **RIO ECOSOL** é uma publicação de circulação trimestral, produzida no âmbito do Projeto Rio Economia Solidária, executado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES), da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego, com recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), do Ministério da Justiça.



DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SOLIDÁRIO

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Eduardo Paes
Prefeito

Carlos Alberto Muniz
Vice-Prefeito

Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário

Marcelo Henrique da Costa
Secretário

Vinicius de Assumpção Silva
Subsecretário de Políticas
Emancipatórias e
Empreendedorismo Social

Eugênio Soares
Subsecretário de Projetos e
Apoio ao Desenvolvimento
Local

Adriana Cristina de Souza
Chefe de Gabinete

Rosemary Gomes
Diretora de Economia Solidária
e Comércio Justo

José Augusto Costa e Silva
Diretor de Polos
e Arranjos Produtivos Locais

Cristina Chacel
Diretora de Comunicação
Robson de Oliveira Corrêa
Diretor Administrativo

Praça Pio X, 119/ 8º andar,
Centro, Rio de Janeiro, RJ
Telefone (21) 2976-7420
www.rio.rj.gov.br/sedes
Fale conosco: comunicacao@rioecosol.com.br